

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ELIABE OLIVEIRA ALVES

A CRISE DA *MIMHΣΙΣ* NO CRÁTILLO DE PLATÃO

GUARULHOS

2023

ELIABE OLIVEIRA ALVES

A CRISE DA *MIMHΣΙΣ* NO *CRÁTIL*O DE PLATÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Maurício P. Marsola

GUARULHOS

2023

Alves, Eliabe Oliveira.

A crise da *Μίμησις* no *Crátilo* de Platão / Eliabe Oliveira Alves. - Guarulhos, 2023.

80 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2023.

Orientador: Maurício Pagotto Marsola

Título em inglês: The crisis of *Μίμησις* in Plato's *Cratylus*

1. Filosofia. 2. História da Filosofia. 3. História da Filosofia Antiga. 4. Platão.

ELIABE OLIVEIRA ALVES

A CRISE DA *MIMHΣΙΣ* NO CRÁTILLO DE PLATÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Maurício P. Marsola

Defesa em 15 de dezembro de 2023

Prof. Dr. Mauricio Pagotto Marsola (orientador)
Universidade Federal de São Paulo

Prof. Dra. Lucia Rocha Ferreira
Universidade Federal de São Paulo

Prof. Dr. Claudiano Avelino dos Santos
Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação

Ao Professor Franklin Leopoldo e Silva

Werd'ich zum Augenblicke sagen:
Verweile doch! du bist so schön!
Dann magst du mich in Fesseln schlagen,
Dann will ich gern zugrunde gehn!
Dann mah die Totenglocke schallen,
Dann bist du deines Dienstes frei,
Die Uhr mag stehn, der Zeiger fallen,
Es sei die Zeit für mich vorbei!

Faust 1, J. W. von Goethe

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, sou infinitamente grato a Deus.

A minha querida esposa, Acsa, meu porto seguro e apoio incondicional. Obrigado por estar sempre ao meu lado. E as minhas filhas, Clarisse e Helena, por me fazerem sorrir todos os dias e me ensinarem a amar.

À minha mãe, Lúcia, minha inspiração. Obrigado por todos os seus ensinamentos, valores e amor verdadeiro. Ao meu pai, Milton, que cedo partiu, mas sempre esteve presente pelas histórias de minha mãe. E aos meus irmãos, Heloísa, Nathália, Milton e Daniel, meus companheiros de sangue. O amor de vocês foi essencial nessa caminhada.

Aos grandes amigos Fernando Sapaterra, Tiales, Solone Arruda, Claudiano Avelino e Aurélio Lima, que fizeram toda a diferença nesta trajetória. Sem a amizade e os conselhos de vocês este trabalho não existiria.

Aos amigos do Mosteiro de São Bento, *alma mater*, Wellington Batista, Solone Arruda, Dom Camilo Dantas, Dom João Crisóstomo e Dom João Baptista.

À Biblioteca do Mosteiro de São Bento, na figura do bibliotecário Wellington Batista e do bibliotecário monástico Dom João Crisóstomo, por me dar acesso a textos capitais para esta dissertação.

À Professora Dra. Lúcia Rocha Ferreira, por sua clareza, generosidade poética e apontamentos que me ajudaram na qualificação.

E, por fim, ao meu orientador, Prof. Dr. Maurício P. Marsola, que abraçou meu projeto e me apoiou na pesquisa. Sua disponibilidade e confiança foram vitais para este trabalho. Minha eterna gratidão por isso e por ser um exemplo de Mestre para mim.

A todos que de alguma forma estiveram presentes nessa jornada, meu muito obrigado.

RESUMO

A nossa pesquisa centra-se na "hipótese da nomeação por imitação" (Crat. 423b) desenvolvida no diálogo *Crátilo*, no interior da problemática da questão da "correção dos nomes" (ὀνομάτων ὀρθότης). No curso da investigação, a refutação da perspectiva convencionalista de Hermógenes leva Sócrates a esclarecer os fundamentos de uma possível correção natural dos nomes. A hipótese da nomeação por imitação propõe que os nomes são imitações vocais das essências dos objetos. A análise dos argumentos de Sócrates e dos contra-argumentos de Crátilo visa avaliar a plausibilidade dessa concepção na relação entre nomes e objetos na investigação platônica, levando-nos a um movimento de crítica a *mimesis*. Desse modo, o percurso da pesquisa abrange a explicitação do problema, a exposição da hipótese da imitação, uma análise da correção natural dos nomes e a crítica à nomeação por imitação.

Palavras chaves: *imitação; nome; correção dos nomes; imagem; significação.*

ABSTRACT

Our research focuses on the "hypothesis of naming by imitation" (Crat. 423b) developed in Plato's dialogue Cratylus within the problematic question of the "correction of names" (ὀνομάτων ὀρθότης). Throughout the investigation, the refutation of Hermogenes' conventionalist perspective leads Socrates to clarify the foundations of a possible natural correction of names. The hypothesis of naming by imitation proposes that names are vocal imitations of the essences of objects. The analysis of Socrates' arguments and Cratylus' counterarguments aims to assess the plausibility of this conception in the relationship between names and objects in Platonic inquiry, leading us to a critique of mimetic imitation. Thus, the research journey encompasses the clarification of the problem, the exposition of the hypothesis of imitation, an analysis of natural name correction, and criticism of naming by imitation.

Keywords: imitation, name, correction of names.

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

As obras de autores clássicos, ao serem referenciadas por abreviação, devem utilizar a abreviação de seus títulos em latim juntamente com sua notação crítica.

<i>Ethph.</i>	<i>Euthyphro</i>
<i>Ap.</i>	<i>Apologia Socratis</i>
<i>Crto.</i>	<i>Crito</i>
<i>Phdn.</i>	<i>Phaedon</i>
<i>Tht.</i>	<i>Theaetetus</i>
<i>Soph.</i>	<i>Sophista</i>
<i>Crat.</i>	<i>Cratylus</i>
<i>Gorg.</i>	<i>Gorgias</i>

SUMÁRIO

RESUMO	8
ABSTRACT	9
LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS	10
SUMÁRIO	11
INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO PRIMEIRO	
O problema do <i>Crátilo</i>	14
§1-2. A natureza do problema.....	14
§3. A primeira seção do <i>Crátilo</i>	19
§4-7. A primeira exigência do ato de nomeação: a indicação.....	22
§8. Considerações finais.....	34
CAPÍTULO SEGUNDO	
Nomear por imitação	36
§1-3. A hipótese de nosso interesse.....	36
§4. Uma nota sobre o significado de <i>μίμησις</i>	41
§5-6. A segunda exigência do ato de nomeação: a representação.....	43
§7-9. A representação do ente em sons.....	48
§8. Considerações finais.....	51
CAPÍTULO TERCEIRO	
A crise da <i>μίμησις</i>	54
§1-4. Os movimentos da crise.....	54
§5-6. O <i>týpos</i> e a terceira exigência do ato de nomeação: a significação...64	
§7. Naturalismo ou convencionalismo?.....	69
§8. Considerações finais.....	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
BIBLIOGRAFIA	76

INTRODUÇÃO

L. Méridier (1931)¹, inicia a Nota à edição do *Crátilo*² que meticulosamente editou para Les Belles Lettres, delineando um preâmbulo que ecoa entre os estudiosos de Platão, nos referimos a imensa controvérsia que o diálogo *Crátilo*, de Platão, tem incitado entre os estudiosos modernos. Entre 1891 e 1901, H. Kirchner, em suas análises, em uma pesquisa, apontou trinta e duas investigações dedicadas a esta obra, um número que, desde então, incessantemente se ampliou, confirmando a perene atualidade e a constante pulsação intelectual que envolve este diálogo platônico.

O *Crátilo* é sem dúvida um texto sob o qual repousa uma disparidade singular de interpretações. Fano atribui essa disparidade interpretativa a “forma confusa e corrompida em que o diálogo chegou até nós”³. Já Buccellato diz que o *Crátilo* é um texto “conceitualmente fluído e claro [...] de fácil interpretação [...]”⁴. Não seguimos ambas as posições. Por um lado o texto apresenta as suas dificuldades particulares, em nosso olhar, a maior delas é sua *unidade*, por outro lado o *Crátilo* possui uma questão muito clara, a *Correção dos nomes* (*ὀνομάτων ὀρθότητος*)⁵, da qual o argumento tem por foco. Seguimo Zupi (2003), nesse sentido, que aponta a pluralidade de interpretações do diálogo em questão devido sua riqueza filosófica.

Alicerçamo-nos na perspectiva de Zupi (2003), que sinaliza a polifonia de interpretações desencadeadas pelo diálogo em virtude da sua riqueza filosófica. Nesse contexto, é imperativo imergir nas camadas mais profundas desta obra, desvelando as nuances de um discurso filosófico intrincado que desafia as categorizações simplistas.

Deste modo, o presente escrito se destina a empreender uma minuciosa indagação acerca da denominada "hipótese da nomeação por imitação" (*Crat.* 423b),

¹L. Méridier, «Notice» in Platon, *Cratyle* (Oeuvres ComplètesV), Les Belles Lettres, Paris 1961, p. 7.

²Sobre a data de composição do diálogo e o seu lugar no *Corpus Platonicum*, seguimos as análises estilométricas de von Armin e as conclusões de Sir David Ross, colocando o *Crátilo* próximo ao *Mênon* e ao *Fédon*.

³G. Fano, «Il problema dell'origine e della natura del linguaggio nel Cratilo platonico» in Id., *Origini e natura del linguaggio*, Torino 1973, p. 407. L'articolo appar ve per la prima volta nel 1955 sul *Giornale di Metafisica*, ma fu poi ripubblicato dal l'autore nel 1973 in Appendice al suo saggio intitolato *Origini e natura del linguaggio*: per le citazioni, seguirò quest'ultima edizione.

⁴M. Buccellato, «Il Cratilo e l'interesse dottrinale della questione onomatologica» in *Rivista Critica di Storia della Filosofia*, 1953, 14-17.

⁵A partir de agora usaremos somente a referência grega, *ὀνομάτων ὀρθότητος*, para designar o problema do *Crátilo*.

tal como desenvolvida no interior da investigação entre Sócrates e seus interlocutores, Hermógenes e Crátilo. A mencionada conjectura, cuidadosamente articulada no decorrer da argumentação, constitui-se como uma tentativa de responder à complexa indagação sobre a natureza intrínseca da relação entre os nomes e os objetos que são por eles denominados, visando esclarecer em que medida os nomes ostentam a capacidade apropriada de representar os objetos aos quais se referem.

A difícil questão que propicia o surgimento dessa hipótese diz respeito à exploração de uma "correção dos nomes" (ὀνομάτων ὀρθότης), consistindo na análise cuidadosa sobre se a conexão linguística entre nomes e objetos repousa sobre uma fundamentação natural e essencial ou se, ao contrário, é resultante de práticas convencionais humanas. Veremos que a desqualificação da perspectiva convencionalista de Hermógenes impõe a Sócrates a responsabilidade de elucidar os alicerces de uma eventual correção natural dos nomes. Fazendo com que uma nomeação natural se imponha como um caminho a ser trilhado, frente ao fracasso da tese de Hermógenes.

A hipótese da nomeação por imitação, delineada nesta ocasião, advoga a premissa de que os nomes configuram-se como reproduções vocais das próprias essências dos objetos, de modo que as letras e sílabas que compõem tais designações ostentam características naturais análogas àquelas inerentes aos objetos nominados. Assim sendo, pela similitude, os nomes tornar-se-iam habilidosos em retratar os objetos conforme sua verdadeira natureza.

Nosso estudo, por conseguinte, almeja ser uma análise dos argumentos apresentados por Sócrates em defesa da hipótese mimética dos nomes, bem como dos contra-argumentos urdidos por seu interlocutor Crátilo, com o intuito de avaliar a plausibilidade e abrangência desta concepção para esclarecer a relação entre nomes e objetos no âmbito da investigação platônica.

Para que nossa tarefa seja realizada, determinamos um percurso a ser seguido.

Inicialmente, dedicamo-nos a explicitar o problema subjacente à reflexão do *Crátilo*, destacando a questão da Correção dos Nomes (ὀνομάτων ὀρθότητος) como o núcleo central da investigação. Posteriormente, buscamos expor a hipótese do nome como imitação, explorando como essa suposição procura resolver o problema

do diálogo ao sugerir que os nomes são imitações vocais das essências dos objetos. Adentramos numa análise mais cuidadosa da hipótese da correção natural dos nomes, fundamentada na refutação da tese de Hermógenes. No interior desta hipótese o termo grego σημαίνω revela a capacidade do nome de transcender as representações privadas de um indivíduo.

Na sequência, examinamos as insuficiências da hipótese da nomeação por imitação, que levaram Sócrates a criticá-la. A possibilidade de nomes inadequados se mostra como uma barreira para que aceitemos essa hipótese. Ademais, o nome não pode ser uma imagem perfeita da coisa, sendo necessário um movimento, pensando o nome não como uma imagem perfeita, mas como portador de um “traço distintivo”. Este conceito é introduzido por Sócrates durante a *crise da mimesis*, evidenciando que um nome não pode imitar perfeitamente a coisa.

Por fim, fazemos uma breve análise de uma possível interpretação da posição platônica no interior da discussão, buscando saber em que medida a posição do Sócrates platônico é “naturalista” ou “convencionalista”.

CAPÍTULO PRIMEIRO

O problema do *Crátilo*

I. A natureza do problema

1§ O termo grego *ὄνομα*, no contexto do diálogo *Crátilo*, não se refere apenas a um nome próprio ou substantivo. Além de indicar um nome próprio, como *Héstia* (Ἑστία, 401b1), esse termo denota o que chamamos de substantivos abstratos, como *Homem* ou *Justiça* (ἄνθρωπος, 399c; δικαιοσύνη, 412c), aquilo que em nossa língua chamamos de adjetivo, como *bom* (ἀγαθός, 412c), e até mesmo verbos, como *brotar* (θάλλειν, 414a). Dada essa especificidade ampla do termo *ὄνομα*, totalmente estranha para nós modernos, Anna Pavani⁶ chama atenção para a distinção feita por Sócrates entre os verbos chamar (καλεῖν⁷) e nomear (ὀνομάζειν⁸) em sua discussão com Hermógenes. Ou seja, uma coisa é *chamar* algo por um nome, outra é *designar* algo, dar um nome a algo. A intenção do diálogo é investigar esta segunda atividade, a de dar nomes.

Aquele que nomeia usa um *nome* e, como veremos, para Platão, todo nome possui a propriedade de indicar ou significar algo (σημαίνω⁹, *Crat.* 492e). No diálogo *Crátilo*, no entanto, o cerne da questão não é a mera existência da significação, mas sim a tentativa de compreender se ela é (i) atribuída pela razão, (ii) inerente ao próprio nome de forma natural, ou (iii) talvez uma terceira hipótese, para além dessas duas. A discussão do diálogo busca determinar a razão subjacente à significação dos nomes.

Para analisar adequadamente a evolução argumentativa que culmina na formulação da hipótese de nosso interesse no *Crátilo*, é importante primeiro elucidar a natureza do problema abordado no diálogo. Isso permitirá uma compreensão mais nítida da hipótese que nos interessa. Nesse sentido, é fundamental desvelar o cerne do problema discutido no diálogo, a fim de contextualizar o surgimento da referida hipótese. Apenas por meio de uma abordagem cuidadosa poderemos explorar com profundidade e perspicácia o desenvolvimento da questão no *Crátilo*.

⁶PFEFFERKORN, J.; SPINELLI, A. [eds.]. *The Essential Imitation of Names: On Cratylean Mimesis*. in. *Platonic Mimesis Revisited*. Academia Verlag, Baden-Baden, 2021. p. 82

⁷F. Ast, *voco, invoco, appello*. vol. 2, p. 135

⁸F. Ast, *nomino*, vol. 2, p. 453

⁹A que chamaremos a partir de agora de significação, seguindo a tradução do termo feita por Bailly (signifier, avoir une signification, en parl. d'un mot, PLAT. *Crat.* 393 a ; POL. 2, 22, 1 ; τὸ σημαίνόμενον, ARIST. *Rhet.* 3, 2, 13, la signification, le sens)

Inicialmente, é imprescindível ressaltar que abordaremos o *Crátilo* em sua autonomia em relação ao *Corpus Platonium*. Em nossa perspectiva, embora não seja o lugar adequado para uma demonstração completa dessa visão, os diálogos de Platão possuem uma interdependência dentro da unidade orgânica do pensamento do filósofo ateniense. Ou seja, embora estejam interligados ao conjunto das obras provenientes da pena de Platão, cada diálogo constitui uma unidade própria com um tema delimitado e um assunto claro. Com o objetivo de manter a máxima concentração em nosso intento, torna-se relevante explicitar a razão pela qual faremos poucas referências a outros diálogos, as quais surgirão apenas quando pertinentes ao nosso propósito. Dessa forma, garantimos foco e clareza em nossa análise do *Crátilo*, permitindo-nos explorar detalhadamente o movimento argumentativo que nos conduzirá à compreensão da hipótese em questão.

Postulamos que o problema central do *Crátilo* reside na investigação da razão subjacente a significação, a que Platão chama de *correção dos nomes*. É de suma importância indagar como essa questão se estabeleceu como um problema, não apenas sob a perspectiva histórica - ou seja, como uma investigação sobre o ato de nomear no *espírito grego* ao longo dos séculos¹⁰, uma abordagem que abriria caminho para outra linha de pesquisa - mas sim do ponto de vista lógico ou teórico. Interessa saber, como o problema da *correção dos nomes*, tornou-se uma questão filosófica ao ponto de Platão dedicar-lhe um diálogo? Ora, sendo a Filosofia uma atividade que fora designada na antiguidade como a busca pelos *princípios* da natureza¹¹, Platão evidencia que o tema da “linguagem” ultrapassa as fronteiras do meramente *epocal* e está inserido no âmbito das profundas indagações filosóficas.

Para uma exposição com mais acuidade da natureza do problema, é válido considerar dois aspectos que se apresentam imediatamente ao leitor atento do diálogo: (i) O segundo título da obra, *ἡ περὶ ὀνομάτων ὀρθότητος*, bem como a temática do diálogo, sendo estes acréscimos atribuídos a Trasiló de Alexandria¹² - e que acompanham a qualquer edição séria do diálogo. (ii) O início do diálogo (383a-391a), que nos apresenta a conversa entre Sócrates e Hermógenes, na qual temos a oportunidade, junto com Sócrates, de participar do diálogo entre Hermógenes e Crátilo. Nesse momento, somos inseridos no âmago da discussão, o

¹⁰Para estudos linguísticos da época: C. J. “*The Study of Language amongst Socrates Contemporaries*”; para o período anterior a sofística D. Gambará, “*Alle fonti della filosofia del linguaggio. ‘lingua’ e ‘nomi’ nella cultura greca antica*”.

¹¹ARISTÓTELES. *Metafísica*. São Paulo, Loyola, 2015. p. 15 (A 2/3 983a 1-2.)

¹²cf. Laércio, III, 56-61.

que nos permite compreender as controvérsias e perspectivas conflitantes entre os interlocutores. Essa participação ativa, guiada pela perspicácia de Sócrates, nos conduz gradualmente ao ponto fulcral da questão filosófica relacionada à correção dos nomes.

2§ O segundo título da obra, *Κρατύλος ἢ περὶ ὀνομάτων ὀρθότητος* (*Crátilo* ou sobre a correção dos nomes), nos apresenta o *subjectum* do diálogo. Essa expressão não é estranha ao contexto grego, uma vez que Sócrates menciona ter estudado com Pródico sobre a questão da "correção dos nomes" (384b). No entanto, o que exatamente essa expressão significa?

De início, já fizemos uma consideração sobre o termo "nome" e o seu sentido e, quanto a isso, a princípio, não há um grande desafio. Sobre a expressão "correção", Mewaldt¹³ faz uma análise aguda ao observar que a expressão *ὀρθότητος* suscita uma reflexão sobre um critério de objetividade no ato de nomear. Nesse sentido, percebemos que a exigência imposta à reflexão, de uma *correção dos nomes*, é a de delimitar mediante que critério há no ato de nomeação (*ὀνομάζειν*, 387c) uma potência capaz de extrapolar o próprio ato, que indique (*δηλουμένη*, 393c)¹⁴, não numa representação privada - *i. é.*, como o nomear ou o falar é um nomear ou falar do mundo¹⁵.

Nas palavras de Trasiló, a natureza do *subjectum* do diálogo está inserida no campo da lógica. Ainda que não seja nossa intenção discutir as concepções específicas de lógica às quais Trasiló possivelmente teve acesso, podemos considerar, em linhas gerais, que a disciplina da lógica na antiguidade abarcava um repertório muito amplo de doutrinas¹⁶. Ademais, o Professor Francisco Bravo destaca que o problema abordado no *Crátilo* pode ser considerado como uma espécie de introdução à teoria platônica da verdade¹⁷, pois a partir desse foco, a investigação acerca da relação entre os nomes e as coisas conduz a uma reflexão

¹³ in. UNTERSTEINER, M. *A obra dos Sofistas*. São Paulo, Paulus, 2012. pg. 314.

¹⁴ Aqui seguimos a forma como F. Ast traduz o vocábulo grego *δηλω*, por *indico*. Ibid. vol. 1. p. 450.

¹⁵ Nesse sentido a expressão, *correção dos nomes*, é, por si mesma, capaz de nos colocar a par do cerne da questão. Na medida em que ela nos revela o que Ademollo diz: "Portanto, a questão debatida no "Crátilo" se resume a isso: o vínculo entre um nome e a coisa que ele nomeia - seu referente - é natural ou convencional?". ADEMOLLO, F. *The Cratylus of Plato: A commentary*. Cambridge University Press, New York, 2011. p. 4.

¹⁶ É possível a gama de assuntos que lógica na época antiga tratava na forma como Sexto Empírico considera a divisão da filosofia dos dogmáticos in. *Esboços pirrônicos* (PH) 2.13 e *Contra os lógicos* (M 7) 7.1-26. Em sua considerações em *Esboços pirrônicos* diz que a lógica trata do nome.

¹⁷ "no puede resolverse sino en el cuadro más amplio y filosóficamente más importante del problema de la verdad. (...) De este modo, el *Cratilo* no se ocupa tan sólo de la rectitud de los nombres, sino que es una introducción a la teoría platónica de la verdad."

mais ampla sobre a verdade e a adequação do discurso à realidade, problema concernente a lógica.

A investigação *περί ὀνομάτων ὀρθότητος* não se restringe à exploração isolada dos nomes desvinculados de um *lógos*, mas sim à compreensão aprofundada dos nomes enquanto parte intrínseca de um *lógos*¹⁸, verdadeiros ou falsos, habilmente adequados ou desprovidos de harmonia. Platão realiza uma meticulosa análise da parte do discurso que se manifesta não de maneira desconexa, mas sim como um elemento integrante do todo. De modo que, ainda que o *subjectum* do *Crátilo* seja a menor partícula do *lógos*, o nome, considera-o separado por um *momento* para a investigação, pois, factualmente, todo nome verdadeiro ou falso se dá num *lógos* - aliás a razão de sua veracidade ou falsidade é a sua presença em um *lógos* (Cra. 385 c-d).

De fato, é necessário abordar com prudência a questão do *status* de um problema lógico no pensamento de Platão, a fim de evitar uma assimilação acrítica da indicação de Trasiló sobre a temática da obra. É verdade que não encontramos uma lógica formal sistemática na doutrina de Platão, diferentemente da exposição mais completa realizada por seu discípulo da Macedônia, Aristóteles. Muitos intérpretes também apontam para essa ausência, como o inglês I. M. Combrie, que declara que “[...] A verdade é que não há indícios nos escritos de Platão de que alguma vez tenha surgido a noção de lógica formal. [...]”¹⁹.

Sobre a afirmação de Combrie, ele diz que não há indícios de que a Platão tenha ocorrido a noção de lógica formal. Ora, isso não significa, necessariamente, que Platão não se ocupou com os assuntos que classificamos, hoje, como assuntos da lógica. O próprio Combrie faz uma consideração de problemas lógicos nos diálogos de Platão²⁰. Ademais, sobre as falácias e ambiguidades, por exemplo, quem ignoraria o *Eutidemo*, ou até mesmo porções do *corpus* como as passagens do *Protágoras* (350c 6 ss), do *Hípias Maior* (301-2), do *Lísis*, que identifica as ambiguidades acerca do termo *filós*, do *Teeteto* (154-5), do *Parmênides* (152a), para tomarmos poucos exemplos que visam nos prevenir de tais raciocínios falazes de não haver uma reflexão sobre problemas que estejam afiliados a lógica no interior do

¹⁸ Guthrie nos diz que "Platão não está falando de palavras separadas de um contexto, mas sim como 'partes do discurso'." (GUTHRIE, 1992, p. 29)

¹⁹ COMBRIE, I. M. *Análisis de las doctrinas de Platón*. Madrid: Alianza Universidad, 1979. Vol. 2, p. 469

²⁰ *ibid.* pág. 470

pensamento de Platão. Diríamos que tais assuntos não dizem respeito à lógica? Não! Portanto, colhemos com esses exemplos que há uma abertura nos diálogos de Platão para os problemas da lógica, compreendendo, claramente, os seus limites.

O *Crátilo*, em sua peculiaridade, se destaca na medida em que debruçar-se sobre a natureza da correção dos nomes. A temática que permeia a obra, portanto, reside na análise do significado e da adequação dos nomes, conferindo-lhe uma dimensão nitidamente lógica.

Nesse contexto, é possível estabelecer uma conexão intrínseca entre a lógica e a metafísica, uma vez que cada nome, por sua própria essência, é vinculado a algo. Contudo, a essência do problema não se concentra primariamente em uma incursão na natureza das coisas em si – suas constituições, estruturas ou inter-relações –, mas sim na investigação meticulosa e penetrante do próprio ato de nomear e na compreensão da natureza dos nomes em si mesmos.

É importante, por esse motivo, ressaltar que o ponto focal da reflexão não se desvia para uma investigação exaustiva sobre a natureza intrínseca das coisas. Ao contrário, o *Crátilo* concentra-se na natureza intrínseca dos nomes e na relação simbiótica entre a linguagem e a realidade por eles nominada. Desse modo, a obra destaca-se por sua abordagem meticulosa à correção dos nomes, ficando num segundo plano uma incursão metafísica.

II. A primeira seção do *Crátilo*

3§ Agora passemos ao segundo aspecto de nossa consideração do problema do diálogo, uma breve exposição da parte inicial do diálogo, que concentra o *assunto* e os primeiros passos da investigação.

O *Crátilo* tem início *in media res*, a personagem Hermógenes partilha, com a permissão de seu interlocutor, o *logos* acerca do qual ambos disputavam. Vejamos:

Crátilo diz isto, ó Sócrates, que a correção dos nomes é por natureza própria de cada um dos entes, e não é nome aquilo que alguns, ao comporem, chamam ao pronunciar parte de sua própria voz, mas existe por natureza uma correção dos nomes, a mesma para todos, gregos e bárbaros.

Κρατύλος φησὶν ὅδε, ὦ Σώκρατες, ὀνόματος 383.a.5 ὀρθότητα εἶναι ἐκάστω τῶν ὄντων φύσει πεφυκυῖαν, καὶ οὐ τοῦτο εἶναι ὄνομα ὃ ἂν τινες συνθέμενοι καλεῖν καλῶσι, τῆς αὐτῶν φωνῆς μόριον ἐπιφθεγγόμενοι, ἀλλὰ ὀρθότητά τινα τῶν 383.b.1 ὀνομάτων πεφυκέναι καὶ Ἑλλήσι καὶ βαρβάροις τὴν αὐτὴν ἄπασιν.

Eis, agora, o âmago do nosso escrutínio: o tema da "ονοματος ορθοτητα" - a correção dos nomes. Segundo Hermógenes, Crátilo, sustentava (i) haver uma correção natural dos nomes para cada um dos entes (*ονοματος ορθοτητα ειναι εκαστω των οντων φύσει* 383a); (ii) que não é nome aquilo que alguns chamam a um ente depois de um acordo, enunciando uma parte de som (*και ου τοῦτο εἶναι ὄνομα ὃ ἄν τινες συνθέμενοι καλεῖν καλῶσι, τῆς αὐτῶν φωνῆς μόριον ἐπιφθεγγόμενοι*, 383a), (iii) mas existe uma correção dos nomes (*ορθότητά τινα των ονομάτων*, 383a-b) para os Gregos e para os Bárbaros.

No entanto, como este enigma se caracteriza em um problema filosófico? Para desvelar essa questão recorramos, por menção, aos homens das palavras na antiguidade, ou seja, aos poetas. Conforme retratado por Jaa Torrano, havia "(...) uma relação quase mágica entre o nome e a coisa nomeada, pela qual o nome traz consigo, uma vez pronunciado, a presença da própria coisa²¹." As palavras possuíam "forças divinas". Embora essa concepção esteja ligada ao ato de cantar do aedo, ela não deixa de expressar uma forma da experiência da linguagem, na qual os nomes possuíam uma potência divina para representar as coisas. É notável, que de forma germinar, emerge o problema da relação entre nome e coisa. Como seria possível que as palavras do aedo, ao serem cantadas, evocassem em nossa mente o mundo e sua matriz originária? A resposta parecia clara: eram as musas. Naturalmente, a busca pela compreensão desse problema não era estranha a experiência do homem grego.

Entretanto, atentemo-nos às palavras de Hermógenes: entre ele e Crátilo, o assunto de debate não se referia a um fato. Não se tratava de uma investigação sobre a origem histórico-temporal da relação entre nome e coisa, no âmbito de uma "quid factis"²². No diálogo, encontramos um profundo anseio por compreender o fundamento da relação essencial entre o nome e o objeto nomeado, transcendendo os limites meramente temporais. Nesse intrincado dilema, desvela-se um convite à reflexão filosófica, onde o enigma da correção dos nomes se ergue como uma trama a ser desenredada, revelando-se um problema de natureza filosófica que visa *dar a razão*.

²¹*Teogonia: a origem dos deuses*. São Paulo: Iluminuras, 2015. pág. 17

²²Nesse sentido, Léon Robin diz sobre o *Crátilo*: "Primeiro, que a questão da origem da linguagem é um problema falso; que o único problema verdadeiro é o dos vínculos entre o pensamento e a linguagem." (ROBIN, 1967, p. 382).

Segundo Crátilo, há uma (i) correção natural dos nomes para cada ente (383a), embora ele não expresse de que forma ocorre essa referencialidade natural, como aponta Ademollo²³. Além disso, (ii) enfatiza que um nome não é resultado de um acordo entre membros de uma comunidade, pois a relação entre nome e coisa não é convencional, mas algo intrínscio à própria natureza. De acordo com Crátilo, um nome não se resume à mera articulação vocal estabelecida dentro de uma comunidade para designar um objeto específico, mas sim (iii) algo que subsiste na própria essência das palavras em sua relação com as coisas.

O teor agonístico da disputa é latente. A posição de Crátilo se coloca em oposição a de uma *correção do nome* cuja a razão seja o mero acordo e convenção, apontando para a existência natural de uma relação dos nomes aos objetos.

A discussão converge para a busca do fundamento da nomeação, como destacado por F. Ademollo: "A 'correção dos nomes', portanto, no *Crátilo*, é nada mais do que a relação entre um nome e seu referente. O que está especialmente em discussão é se essa relação é natural ou convencional."²⁴. A investigação é sobre a natureza dessa *relação* entre o nome e a coisa que designa - o que subjaz a essa relação? Está no interior da tese de Crátilo, enunciada por Hermógenes, que a razão da *indicação* do nome é natural e não se dá por convenção. Para Crátilo, a *potência* que o nome tem, capaz de tornar presente ao espírito o que está ausente aos sentidos, mediante uma articulação vocálica de um indivíduo, é *segundo a natureza*. Como nos diz Hermógenes, *Κρατύλος φησὶν ὅδε ὀνόματος ὀρθότητα εἶναι ἐκάστῳ τῶν ὄντων φύσει*; poderíamos dizer, em nossa língua mãe, *ratione in rectam nominationem φύσις est*. Com isso queremos dizer que o fundamento da relação entre nome e coisa, no ato de nomear, para Crátilo, independe de qualquer operação do espírito humano. Quer o homem deseje, julgue ou represente uma forma de apontar as coisas mediante os nomes, isso não está ao seu alcance, pois a *razão* da indicação do nome é do âmbito do real e lhe escapa as convenções.

O heraclitiano nega a Hermógenes explicações acerca de sua tese, fazendo-o buscar auxílio em Sócrates para a compreensão²⁵. Sócrates, como de costume,

²³Per Cratilo, dunque, c'è fra nome e cosa un legame naturale, universalmente valido e indipendente dall'arbitrio umano; non è però chiaro in che cosa il legame consista. (Un'interpretazione del *Cratilo* di Platone, Francesco Ademollo, p.2)

²⁴Un'interpretazione del *Cratilo* di Platone, Francesco Ademollo, p.1

²⁵É interessante notar o protagonismo de Crátilo, que goza da fama em silêncio - por sinal o diálogo não leva o seu nome atoa. Não é necessário muito para perceber como o drama se desenvolve em

declara sua ignorancia; mesmo após ter dado ouvidos a Pródico em relação a questão²⁶ da *correção dos nomes* (384c). Essa pequena abertura, ou *proêmio*, nos conduz, no curso natural do diálogo, a conversa entre Sócrates e Hermógenes - que adicionará traços distintivos a caracterização da investigação.

III. A primeira exigência do ato de nomeação: a indicação.

4§ Hermógenes afirma ter dialogado com muitos, além de Crátilo, sobre a correção dos nomes.

E de fato, Sócrates, tendo dialogado muitas vezes tanto com este quanto com muitos outros, não posso me convencer de que existe alguma outra correção de nomes senão convenção e acordo. Pois me parece que aquilo que alguém impõe como nome, isso é o correto; e se depois impuser outro, não chamando mais aquele, não obstante o posterior está tão correto quanto o anterior, como nós mudamos [os nomes] dos escravos [não obstante, aquilo que foi mudado não está menos correto do que o anteriormente estabelecido]; pois por natureza nenhum nome está estabelecido para nada nem para ninguém, mas por lei e costume daqueles que habituaram e chamam. Porém, se de algum outro modo se dá, estou pronto não somente para aprender e ouvir de Crátilo, mas de qualquer outro.

Καὶ μὴν ἔγωγε, ὦ Σώκρατες, πολλάκις δὴ καὶ τοῦτω διαλεχθεὶς καὶ ἄλλοις πολλοῖς, οὐ δύναμαι πεισθῆναι ὡς ἄλλη τις ὀρθότης ὀνόματος ἢ συνθήκη καὶ ὁμολογία. ἔμοι γὰρ δοκεῖ ὅτι ἂν τίς τῷ θῆται ὄνομα, τοῦτο εἶναι τὸ ὀρθόν· καὶ ἂν αὐθὶς γε ἕτερον μεταθῆται, ἐκείνο δὲ μηκέτι καλῆ, οὐδὲν ἦπτον τὸ ὕστερον ὀρθῶς ἔχειν τοῦ προτέρου, ὡσπερ τοῖς οἰκέταις ἡμεῖς μετατιθέμεθα [οὐδὲν ἦπτον τοῦτ' εἶναι ὀρθόν τὸ μετατεθὲν τοῦ πρότερον κειμένου]· οὐ γὰρ φύσει ἐκάστῳ πεφυκέναι ὄνομα οὐδὲν οὐδενί, ἀλλὰ νόμῳ καὶ ἔθει τῶν ἐθισάντων τε καὶ καλούντων. εἰ δὲ πῆ ἄλλη ἔχει, ἔτοιμος ἔγωγε καὶ μανθάνειν καὶ ἀκούειν οὐ μόνον παρὰ Κρατύλου, ἀλλὰ καὶ παρ' ἄλλου ὅτουοῦν. (384c-e)

Para Hermógenes, nenhum nome é dado por natureza à qualquer coisa, mas pela lei e o costume dos que a designam dessa maneira é que são capazes de indicá-las (384, d). Hermógenes nos diz que a *correção dos nomes* tem por fundamento o costume. A *significação*, existe segundo aquilo que é estabelecido pela razão humana, determinada e tecida no interior de uma comunidade pelos falantes.

Agora, tendo dado ouvidos a Hermógenes, notamos que a situação da discussão se dá nos termos da antítese *nómos-phýsis*, como nos diz Guthrie²⁷. Podemos, também, perceber em sua fala, ainda que de maneira implícita, na

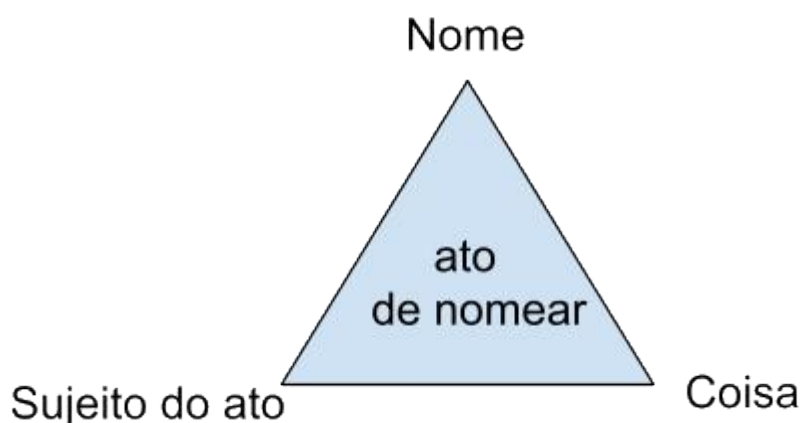
torno de sua tese. Hermógenes e Crátilo estavam em discussão, mas a tese que vem a luz é a de Crátilo. Hermógenes pede ajuda a Sócrates para compreender a tese de Crátilo.

²⁶Cra. 384b-c.

²⁷GUTHRIE, W. K. C. *Historia de la filosofía griega*. vol. VI. Madrid, Gredos, 1992. p. 16.

consideração da questão, o apontamento de instâncias que compõem o ato de nomear.

Na consideração do problema, ergue-se, implícitamente, uma estrutura tríplice²⁸. Tanto Hermógenes como Crátilo assumem a presença do (i) nome, da (ii) coisa que é nomeada e dos (iii) que nomeiam (384d). A perspectiva de Hermógenes revela que a razão pela qual o nome detém a *propriedade* de apontar para algo reside em um acordo estabelecido entre os que nomeiam. Em suas palavras, tanto a (ii) *coisa nomeada* quanto o próprio (i) *nome* não “desempenham atividade” no ato de nomear, sendo, ao invés, o (iii) *espírito humano* que confere aos nomes suas significações em relação às coisas. E assim se conclui a argumentação de Hermógenes: todos os nomes são instituídos com correção para designar qualquer coisa (384 c-d)²⁹.



²⁸Sobre esse aspecto, seguimos a leitura de A. Soulez: “Este trio: <instância nomeadora / coisa nomeada / nome>, forma não apenas a estrutura da opinião de Hermógenes, mas também a de Crátilo. Isso vai estruturar toda a investigação. No entanto, isso não significa que Hermógenes expressa no vocabulário da convenção o que Crátilo diz no vocabulário da natureza. Sócrates, pelo contrário, mostrará que é o privilégio indevidamente concedido a um termo do trio que leva cada tese a sacrificar um aspecto importante da estrutura ternária da questão. Hermógenes concentra a correção na primeira articulação e sacrifica a coisa nomeada. Crátilo vê a correção exclusivamente do ponto de vista da coisa cujo nome ele não consegue mais distinguir. Ele sacrifica, portanto, a terceira articulação: a ferramenta da linguagem. A tese socrático-platônica será reunir numa mesma definição não as duas teses de Hermógenes e Crátilo, mas suas complementares identificadas a partir do que cada uma delas sacrificou de importante.”

²⁹E uma das consequências da presente tese, que será exposta por Platão, é que, se aderimos tal tese, negamos a possibilidade da falsidade, pois estaria sob o poder do indivíduo conferir o sentido aos nomes, logo, cada um poderia atribuir o nome que quisesse a qualquer coisa.

A estrutura ternária da nomeação parece simples, mas o diálogo nos mostrará a dificuldade e complexidade de apontar a razão pela qual os nomes são capazes de indicar as coisas, articulando essas três instâncias. Pois o ‘nome’ corresponde ao aspecto lógico da questão; a ‘coisa’ corresponde ao aspecto ontológico, ou metafísico, da questão; e ‘os que desempenham os atos de nomeação’ estão relacionados ao aspecto gnosiológico da questão. Logo, apontar a razão da *significação*, na relação *nome-coisa-pensamento*, significa explicitar como se relacionam essas três instâncias no ato da nomeação, distinguindo cada aspecto e preservando o seu papel singular. Veremos como Platão, habilidosamente, destaca o fracasso das posições que tendem a atribuir a uma única instância a totalidade do ato de nomear, negligenciando, assim, a complexidade e a interconexão que permeiam o cerne do problema.

Sócrates demonstrará que Hermógenes sacrifica dois dos aspectos do ato de nomear e funda sobre um deles a sua tese acerca de uma nomeação com justeza, *ὀνομάτων ὀρθότητος* - compreendendo o aspecto metafísico como parte integrante do aspecto gnosiológico e o aspecto lógico como mera arbitrariedade ou um desdobramento do aspecto gnosiológico.

Ao questionar a tese de Hermógenes, perguntando se ‘será assim quer um indivíduo denomine algo segundo lhe apraz, quer a cidade’, obtemos uma resposta positiva. Sócrates, então, ergue uma objeção mostrando que as proposições, para que sejam verdadeiras (385 b), devem se adequar ao real. Esse movimento de Sócrates visa trazer para a discussão o aspecto metafísico, ignorado por Hermógenes, que integra o ato da nomeação³⁰.

Vejamos, a afirmação de Hermógenes é a seguinte:

Pois, Sócrates, não tenho eu outra correção de nomes senão esta: que para mim é chamar de um nome cada coisa, o que eu estabeleci, e para ti outro, o que tu estabeleceste. E assim vejo que também para as cidades, individualmente, estão estabelecidos nomes sobre as mesmas coisas, e para os gregos em relação aos outros gregos, e para os gregos em relação aos bárbaros.

Οὐ γὰρ ἔχω ἕγωγε, ὦ Σώκρατες, ὀνόματος ἄλλην ὀρθότητα ἢ ταύτην, ἐμοὶ μὲν ἕτερον εἶναι καλεῖν ἐκάστω ὄνομα, ὃ ἐγὼ ἐθέμην, σοὶ δὲ ἕτερον, ὃ αὐτὸ σὺ. οὕτω δὲ καὶ ταῖς πόλεσιν ὀρῶ ἴδια [ἐκάσταις] ἐνίοις ἐπὶ τοῖς αὐτοῖς κείμενα ὀνόματα,

³⁰C. Ritter ao comentar essa passagem nos diz o seguinte: “Sócrates pergunta a ele se, de acordo com sua opinião, assim como o nome, também a essência das coisas ou a realidade são condicionadas subjetivamente e se, portanto, Protágoras está certo em sua afirmação de que o homem é a medida de todas as coisas e que, conforme aparecem para cada um, assim são; ou se há objetos independentes.”

καὶ Ἑλλησι παρὰ τοὺς ἄλλους Ἑλληνας, καὶ Ἑλλησι παρὰ βαρβάρους. (Cra. 385d-e)

A razão dos nomes serem aplicados com correção, para Hermógenes, é a pura arbitrariedade que é derivada do aspecto arbitrário daquele que nomeia, conduzindo-nos a um sacrifício do real, pois, 'posso designar qualquer coisa pelo nome que me aprouver dar-lhe, e tu, por outro', ignorando, totalmente, aquilo de que o nome é nome. Levada ao extremo, tal tese ruiria com o *lógos* e a potência comunicativa do homem. Hermógenes não consegue enunciar uma teoria da verdade, no sentido de haver uma designação do verdadeiro que independe do intelecto humano. Em sua concepção, a razão da verdade ou da adequação dos nomes as coisas é, justamente, um fator privado e arbitrário.

Considerando aquilo que os sentidos lhe apresenta, Hermógenes acredita que as significações dos nomes são instituídas mediante um acordo. Para ele, o aspecto sensível do nome, que engloba grafia e articulação sonora estabelecidas pelas comunidades (385d), é suficiente para promover a correção dos nomes. A diversidade de formas com as quais os nomes são criados por diferentes povos possibilita que cada indivíduo nomeie segundo sua preferência. É justamente essa disparidade no aspecto sensível do nome entre os povos que parece convencê-lo a conceber uma *correção dos nomes* baseada na convenção e no acordo.

Devemos considerar sua tese e questionar: talvez ele esteja correto, pois quando nomeamos algo, temos como referência uma representação em nossa alma que não necessariamente tenha sido experimentada por outro. Ao falar, não nos referimos ao mesmo objeto, do ponto de vista quantitativo. Por exemplo, ao mencionar 'pedra', embora eu pense numa pedra redonda e branca, quem me ouve pode entender perfeitamente, mesmo que pense numa pedra triangular e cinza. Portanto, o fundamento da *correção dos nomes* só pode ser o acordo e a convenção, pois estamos tratando de experiências privadas.

A partir da disparidade dos costumes, mediante os quais parecem ser designados os nomes, Hermógenes parece inferir, que o ato de nomeação dependa somente do aspecto *arbitrário*. Hermógenes tem razão ao postular uma relação do nome com o sujeito do ato da nomeação, o seu erro é supor não haver uma relação real, não somente de razão, da coisa nomeada com o nome, pois só há nomes porque há coisas a serem nomeadas, que independem do espírito humano. O fato de haver uma multiplicidade de articulações sonoras, gráficas, em relevo, sinais,

etc., e a forma como as comunidades os utilizam, para ele é prova suficiente que tal aspecto da ação humana, o ato de nomear, é relativo somente ao sujeito do ato. De modo que a refutação da tese de Hermógenes irá nos mostrar que o núcleo central do que Platão quer mostrar-nos “vai muito para lá de uma simples adequação superficial, físico-fonética dos nomes às coisas: é toda uma tentativa de encontrar um fundamento lógico-ontológico para a linguagem dos homens.³¹” E seu primeiro passo é apontar a exigência de uma adequação entre o nome e a coisa nomeada.

No entanto, a via percorrida nos revela um dos pontos centrais da questão, que pode ser formulado da seguinte maneira: como podemos ter “experiências” diferentes e nos referirmos ao mesmo objeto, sem que haja uma dissolução do conteúdo objetivo no ato subjetivo de nomeação?

A resposta estará enquadrada na refutação da tese de Hermógenes, guiada pela exigência de uma adequação. Pois, o percurso nos mostrará a emergência da instância ignorada por Hermógenes, o real. Os conteúdos objetivos, ainda que privados, não são dissolvidos nos atos subjetivos, pois existe uma realidade, não sujeita ao fluxo, que independe de tais atos e que pode ser ‘experienciada’ por todos.

5§ Uma coisa é dizer a verdade e outra dizer a falsidade (385 b). Se afirmo “*Bucéfalo é o cavalo de Alexandre*”, e outro falante nega ao dizer “*não, em verdade, Bucéfalo é o cavalo de Napoleão*”, temos de assumir que ambas proposições não podem ser verdadeiras. Ambas podem ser falsas, mas jamais verdadeiras. Esse exemplo, da verdade e falsidade, é a via que o Sócrates platônico utiliza para mostrar que se há o que chamamos de ‘dizer a verdade’, precisamos assumir que isso é feito mediante uma correta designação da coisa. Se uma designação é correta, e a outra é falsa, é porque a *correção dos nomes* não depende somente da esfera psicológica do ato de nomear, de modo que temos de afirmar que as coisas mesmas não são carregadas para lá e para cá por nossas *fantasias* (386 a-b). Assim, a tese de que os nomes são adequados mediante o acordo e a convenção se mostra insuficiente, pois não demonstra como as instâncias do ato de nomear se relacionam entre si e aponta um fundamento falso da nomeação, ignorando a totalidade da questão.

³¹PEREIRA, A. *Da Filosofia da linguagem no Crátilo de Platão*.

O avanço, sob esse aspecto, da perspectiva platônica, é mostrar o embaraço que cai Hermógenes, sobretudo, com relação ao modo como ele considera a questão. O nome é capaz tornar presente ao espírito aquilo que está ausente aos sentidos. Deve indicar ao espírito (435 a) como a coisa na sua realidade é. Então, não será só em virtude de um acordo estabelecido pela razão, tendo como matéria prima uma articulação gráfico-fonética que isso será feito, mas, demonstrando qual é o desempenho da razão no ato de nomeação que se relaciona com o mundo e com o nome.

Hermógenes não reconhece que a nomeação possui um aspecto transcendente, que não é um ato fechado em si mesmo, mas que culmina em algo além do próprio ato do sujeito. Como diz Billia “Hermógenes pensa que os nomes, por sua natureza, não têm uma propriedade de expressão, mas que isso acontece por meio de uma convenção.[...]”³². Por não reconhecer essa *propriedade de expressão*, encerra o ato de nomear a um ato meramente psicológico-temporal, sob a artificialidade de dar ao ato um aspecto *ex mens*. Já que seguindo as consequências de sua tese os nomes apenas representariam as impressões, naturalmente privadas, que temos do mundo.

A objeção de Sócrates, que impõe a exigência de uma adequação, baseada na verdade (385c-e), culmina no desvelar a presença de uma das instâncias que compõe o ato de nomeação, o ente nomeado.

Vamos ver, Hermógenes, se também te parece que os próprios entes são assim, que a essência de cada um é particular, como Protágoras dizia, afirmando que "o homem é medida de todas as coisas" - de modo que as coisas são para mim tais quais me aparecem [ser], e para ti tais quais te aparecem - ou te parece que eles têm alguma firmeza na sua própria essência?

Φέρε δὴ ἴδωμεν, ὦ Ἑρμόγενης, πότερον καὶ τὰ ὄντα οὕτως ἔχειν σοι φαίνεται, ἰδίᾳ αὐτῶν ἢ οὐσία εἶναι ἐκάστῳ, ὥσπερ Πρωταγόρας ἔλεγεν λέγων “πάντων χρημάτων μέτρον” εἶναι ἄνθρωπον – ὡς ἄρα οἷα μὲν ἂν ἐμοὶ φαίνηται τὰ πράγματα [εἶναι], τοιαῦτα μὲν ἔστιν ἐμοί· οἷα δ' ἂν σοί, τοιαῦτα δὲ σοί – ἢ ἔχειν δοκεῖ σοι αὐτὰ αὐτῶν τινα βεβαιότητα τῆς οὐσίας; (385e - 386a)

A objeção de Sócrates, com sua evocação à tese de Protágoras ao indagar, *πότερον καὶ τὰ ὄντα οὕτως ἔχειν σοι φαίνεται, ἰδίᾳ αὐτῶν ἢ οὐσία εἶναι ἐκάστῳ*, visa colocar em questão a indicação do nome ao real e suprimir a concepção de que a totalidade do ato de nomeação recai na esfera privada e em sua atribuição. Nomear é nomear algo do mundo. Desse modo, é imperativo considerar a natureza desse

³²Vétilles d'un lecteur de Platon par Lorenzo Michelangelo Billia, p. 254

mundo ao qual o nome indica. Ou, tal como Hermógenes, vamos “*imanentizar*” o *lógos* afirmando que ele não possui uma propriedade de relação ao real, que é percebido por todos, ainda que sob diferentes perspectivas. Assim, o movimento argumentativo de Sócrates sugere que, embora o ato de nomeação seja individual, ele culmina e tem por referência o real e não aquilo que experimentamos do real - sob essa ótica fica evidente a escolha de Platão em aludir a tese de Protágoras, e por extensão a discussão do *Teeteto*³³.

A dificuldade, no interior da problemática, imposta nessa passagem é a de determinar se o *nome* é portador de uma representação individual daquele que nomeia - o que simplesmente rui com a comunicação - ou se, o ato subjetivo de nomear, tendo como conteúdo objetivo um item do mundo, possui a propriedade de exprimi-lo. Aliás, nisso consiste um dos grandes problemas da linguagem, pois, como um sujeito, ao enunciar uma palavra, tendo em mente suas representações, comunica a outro sujeito, que não é detentor das mesmas representações, e este tem acesso ao *mesmo* sentido? A refutação a tese *protagoreana* e a exigência da adequação parecem querer suprir, de certa forma, essa dificuldade.

Após Hermógenes dizer que outrora aceitou a doutrina de Protágoras (386a), o Sócrates platônico objeta levando a tese a sua radicalidade utilizando, como exemplo, um valor moral ([...] ὥστε μὴ πάνυ σοὶ δοκεῖν εἶναι τινα ἄνθρωπον πονηρόν). Se as coisas não independem do nosso espírito, o que a mim me parece bom, é bom (386 b). É notável a mudança de registro da questão nesse ponto. O que Platão coloca em jogo não é uma questão lógica ou psicológico-temporal, mas uma questão de carácter metafísico - uma das instâncias do ato de nomeação que é ignorada por Hermógenes. O que é, é fundamento do próprio pensamento, portanto, também, do nomear. Constata-se que há uma primazia e uma distinção daquilo que é em relação aquilo que é dito (386b), do que conclui Sócrates que as coisas possuem um ser por si mesmo (386e), que se revela como fundamento da possibilidade do *lógos*.

6§ A exigência da adequação, no ato de nomeação, conduz o diálogo a uma breve consideração acerca da natureza do *objeto* da nomeação (386 d-e).

³³Natorp comenta o seguinte sobre essa passagem: “Um dos argumentos usado por Sócrates [...]: existe de qualquer modo uma verdade das coisas que é independente de escolha subjetiva; não se pode concordar com Protágoras, que afirma que, para cada um de nós, somente a opinião peculiar individual é verdadeira, nem com Euidemo, que inclusive afirma que tudo é simultaneamente verdadeiro para todos, sempre. Assim, se tudo tem sua própria correção peculiar, o mesmo deve aplicar-se a cada ação, na medida em que ela é dirigida pela perícia (*technikôs*), e conseqüentemente também a ação de designar.” p. 271

Portanto, se nem todas as coisas são semelhantes a todos simultânea e eternamente, nem cada uma é particular a cada um [dos entes], é evidente que as próprias coisas, tendo alguma essência firme, são tais por si mesmas, não em relação a nós nem puxadas para cima e para baixo pela nossa fantasia, mas em si mesmas têm, conforme sua própria natureza, aquilo que são.

Οὐκοῦν εἰ μήτε πᾶσι πάντα ἐστὶν ὁμοίως ἅμα καὶ αἰεὶ, μήτε ἐκάστῳ ἰδίᾳ ἕκαστον [τῶν ὄντων ἐστίν], δῆλον δὴ ὅτι αὐτὰ αὐτῶν οὐσίαν ἔχοντά τινα βέβαιόν ἐστι τὰ πράγματα, οὐ πρὸς ἡμᾶς οὐδὲ ὑφ' ἡμῶν ἐλκόμενα ἄνω καὶ κάτω τῷ ἡμετέρῳ φαντάσματι, ἀλλὰ καθ' αὐτὰ πρὸς τὴν αὐτῶν οὐσίαν ἔχοντα ἥπερ πέφυκεν. (Cra. 386d-e)

A resposta de Sócrates as teses de Protágoras e Eutidemo culminam numa consideração sobre a natureza do que é nomeado. As coisas não são da mesma maneira e ao mesmo tempo para todos - pois tal acepção da realidade, enquanto uma enunciação de uma teoria do conhecimento, ignoraria a individualidade dos atos racionais e da experiência singular do mundo -, nem são a cada um como lhe parece individualmente - o que nos conduzira a uma dissolução do conteúdo objetivo, dos atos subjetivos, no espírito do indivíduo.

Temos, portanto, duas acepções, acerca da natureza da realidade, que nos conduzem a extremos. O que Sócrates nos diz, em primeiro lugar, é que as coisas são e possuem uma determinada *essência* em si mesmas (386 e), ou seja, ele enuncia que as *coisas* são, ou existem, quer queiramos ou não, pensemos ou não, julgemos ou não, e, são de uma determinada maneira, pois são segundo a sua própria natureza e não segundo o que pensamos - eis o duplo registro que carrega a noção de *essência*³⁴.

Convém dizer, que a natureza das *coisas* não se constitui, na presente passagem, como uma natureza conceitual daquilo que é objeto do juízo, como supõe P. Natorp³⁵, mas como *res*, que é efetivamente, e detentora de um conteúdo adequado ao *lógos*, que apenas o apreende - 'pois ele não é relativo a nós, nem é por nós'. Supor, como Natorp, que Platão estaria falando de 'objetos do juízo' enquanto conteúdos da consciência parece forçar a 'letra' do texto platônico.

³⁴A palavra *οὐσία*, segundo F. Ast, pode ser vertida pela expressão latina *natura*, o que na língua vernacular seria *Wesen*, essência, ou *Wirklichkeit* - o que designa a efetividade enquanto a realização da essência da coisa existente em sua tangibilidade no mundo. Lexicon Platonicum. Vol. 3. p. 491. No tomo xiv, 2ª parte, da edição *Les Belles Lettres*, o *Lexique*, vemos a definição de *οὐσία* como 1º *réalité*, *existence*; 2º *essence*, *nature*; 3º *être*, *substance*. p. 391. As definições, para além daquilo que divergem, apontam um traço em comum: a *οὐσία*, para Platão, é algo que independe do espírito humano. Quer seja pensado, desejado ou julgado, trata-se de algo que não depende de qualquer ato da razão humana. Aquilo que é, embora redundante, é, e é segundo a sua própria natureza.

³⁵"Aqui as *pragmata* não são, evidentemente, coisas no sentido de substâncias, existências que estão no tempo e no espaço - ou mesmo fora dele -, porém objetos do juízo, o material objetivo que constitui o conteúdo do que é pensado, ou esse conteúdo em si em sua própria legalidade, diferente do que é subjetivo no processo do pensamento." p. 274

Poderíamos, de fato, pensar que Platão está a falar de um determinado tipo de conteúdo de consciência que é 'experimentado' por ela, mas o seu fundamento não está na consciência. Porém, o vocábulo no plural *πράγματα*, coisas³⁶, é vertido corretamente para o latim por *res*³⁷, não dando espaço para uma interpretação da *coisa* enquanto um *objeto do juízo* - nos afastamos de Natorp nesse sentido.

Esse movimento na argumentação de Sócrates nos leva a uma consideração do real enquanto em si mesmo, não como conteúdo objetivo de um ato subjetivo. O indício explícito de nossa afirmação está nas palavras de Sócrates, ao dizer que os entes não podem ser arrastados para cima e para baixo por nossa fantasia ([...] οὐ πρὸς ἡμᾶς οὐδὲ ὑφ' ἡμῶν ἐλκόμενα ἄνω καὶ κάτω τῷ ἡμετέρῳ φαντάσματι [...]). Ao lermos essa afirmação, na passagem em que ocorre, nos parece evidente que Platão não está a traçar as determinações de um objeto do juízo, mas de uma *pragma* que independe de qualquer operação do espírito humano. Esse movimento que busca transcender o conteúdo objetivo do ato de nomeação para a coisa nomeada, caracteriza o curso da investigação, junto a exigência³⁸ de uma *correção dos nomes* - com a propriedade de referência ao real.

Ao que Sócrates continua:

Será então que as próprias coisas são assim por natureza, mas as ações não são do mesmo modo? Ou também as ações não são um certo gênero dos entes? [...] Segundo sua própria natureza, portanto, também as ações são realizadas, não segundo nossa opinião.

Πότερον οὖν αὐτὰ μὲν ἂν εἴη οὕτω πεφυκότα, αἱ δὲ πράξεις αὐτῶν οὐ κατὰ τὸν αὐτὸν τρόπον; ἢ οὐ καὶ αὗται ἓν τι εἶδος τῶν ὄντων εἰσίν, αἱ πράξεις; [...] Κατὰ τὴν αὐτῶν ἄρα φύσιν καὶ αἱ πράξεις πράττονται, οὐ κατὰ τὴν ἡμετέραν δόξαν. (Cra. 386e-387a)

Tal como as coisas, as ações (*πράξεις*) possuem uma natureza própria. Pois elas são, também, uma *espécie* de ente (ἢ οὐ καὶ αὗται ἓν τι εἶδος τῶν ὄντων εἰσίν, αἱ πράξεις). E as ações são realizadas segundo a sua própria natureza³⁹, não segundo

³⁶Na tradição da Metafísica Clássica é patente a distinção de *coisa (pragma)* e *ente*. Há entes que só existem em função de uma determinada operação do espírito - como os entes imaginários (não imaginados) -, e estes são designados como *ens rationalis*. A *coisa* é um ente cuja existência, e, portanto, sua determinações essenciais, independem de qualquer operação da consciência - seja do desejo, seja da imaginação, seja do juízo.

³⁷Como se pode ver em F. Ast. Ibid. Vol. 3. p. 162.

³⁸Como podemos ver em V. Goldschmidt. "As coisas e os atos têm uma estabilidade natural (exigência geral)" p. 105

³⁹Aqui gostaríamos de pontuar que acompanhamos J. Moreau sobre o conceito de *natureza* impregado por Platão. Ver. J. MOREAU. *La construction de l'idéalisme platonicien*. Paris, 1939. "Portanto, o termo 'natureza' é aqui aplicado à determinação hierárquica das atividades técnicas, conforme resulta da reflexão sobre os fins; e não há outra aplicação possível para esse termo, se ele deve designar uma ordem de determinação independente de nossa imaginação. Na verdade, não há determinação perfeita na ausência de finalidade, e a única necessidade absoluta é aquela do Bem.

a nossa opinião. Então, acaso o ato de falar não é também uma das ações? (Ἄρ' οὖν οὐ καὶ τὸ λέγειν μία τις τῶν πράξεων ἐστίν;). Portanto, como algo que possui uma natureza própria (387c), há aquele que nomeia com correção e aquele que não.

7§ Esse passo dado por Sócrates, em direção a uma concepção de *correção natural dos nomes*, impõe a discussão outra exigência, a de nomear segundo a natureza mesma do *ato de nomear* e das próprias coisas, não segundo a nossa opinião (387d). O que conduz a “quatro relações”, como afirma V. Goldschmidt⁴⁰, para suprir a nova exigência:

1. o nome é um instrumento destinado a informar e a distinguir as coisas (388a-b);
2. o nome é obra de um técnico, do nomoteta (388e);
3. o nome é forjado segundo a Forma do nome e adaptado às coisas que se trata de nomear (389a-b);
4. o nome é forjado para o uso e sob a direção do dialético (390c).

Um *ὄργανον*, *instrumentum*⁴¹, é um meio para a realização de uma determinada ação. Como a tesoura é o *meio*, *instrumentum*, para cortar; o serrote é um *instrumentum* para serrar etc. Ora, o sujeito que desempenha o ato de nomear, realiza esta ação segundo um *meio*, o nome. O escopo da palavra *instrumentum*, em 388a-d, designa a ideia de um *meio* empregado para cumprir uma tarefa com determinada adequação. As cores são adequadas à visão, tal como os sons aos ouvidos. Os olhos e os ouvidos são, portanto, instrumentos da alma para a percepção. As analogias usadas por Platão, podem parecer repetitivas, mas, não o são. Parece que ele quer ressaltar a compreensão de que o nome é o instrumento que possui a *propriedade* adequada para nomear as coisas - isso segundo a natureza do ato de nomear (388c-d).

Natural torna-se assim sinônimo de normal, e esse significado, que se difunde na República (IV 428e; 444d), revela a orientação profunda do platonismo, para o qual a realidade do Universo sensível, daquilo que comumente chamamos de Natureza, reside na organização ideal que ele representa; essa organização, que realmente merece o nome de natureza, consiste em uma hierarquia de Formas, que derivam da exigência absoluta de unificação, da necessidade prática do Bem, sua realidade transcendental. Pode-se ver em que sentido a Ideia da cama tem sua realidade na natureza; a natureza, em oposição à nossa representação subjetiva (cf. Fédon 103b), refere-se ao Universo das Ideias (cf. Parm. 132d), idêntico à hierarquia das Formas que a reflexão prática determina e que a arte humana realiza fragmentariamente.” p. 478. Para uma outra interpretação do mesmo termo na mesma passagem, ver P. Nartop. p. 275.

⁴⁰V. GOLDSCHMIDT. *Os diálogos de Platão: estrutura e método dialético*. São Paulo: Edições Loyola, 2014. p. 106

⁴¹F. Ast. Idem. p.467. vol. 2.

Sendo o nome um *instrumento*, o que fazemos quando nomeamos? (388b) Ἄρ' οὐ διδάσκομέν τι ἀλλήλους καὶ τὰ πράγματα διακρίνομεν ἢ ἔχει; (388c). O nome é, portanto, um *instrumento* que informa e distingue.

Ora, esse *instrumento* é produzido segundo um saber (ὁ τὴν τέχνην ἔχων; 388c), a *téchne* do Nomoteta (389a). Sócrates usa uma analogia entre o carpinteiro, que faz a lançadeira, e o *nomoteta*, que faz os nomes.

[...] para que alvo olhando o carpinteiro faz a lançadeira? Não é para algo tal que por natureza se presta a lançar? [...] E se a lançadeira se quebrar enquanto ele a faz, fará outra olhando para a quebrada, ou para aquela forma para a qual também fazia a que se quebrou? [...] Não seria justíssimo, pois, chamarmos aquilo mesmo de lançadeira?

[...] ποῖ βλέπων ὁ τέκτων τὴν κερκίδα ποιεῖ; ἄρ' οὐ πρὸς τοιοῦτόν τι ὁ ἐπεφύκει κερκίζειν; [...] Τί δέ; ἂν καταγῆ αὐτῷ ἡ κερκίς ποιῶντι, πότερον πάλιν ποιήσει ἄλλην πρὸς τὴν κατεαγῆσαν βλέπων, ἢ πρὸς ἐκεῖνο τὸ εἶδος πρὸς ὅπερ καὶ ἦν κατέαξεν ἐποίει; (389a) [...] Οὐκοῦν ἐκεῖνο δικαιοτάτ' ἂν αὐτὸ ὃ ἔστιν κερκίς καλέσαιμεν; (389b)

O carpinteiro, que detêm a *téchne* para fazer a lançadeira, é caracterizado como o portador de um olhar (βλέπων) para a Forma, τὸ εἶδος. Seu olhar tem uma direção (π). Esse olhar não está voltado aos aspectos sensíveis da lançadeira, mas às propriedades essenciais da lançadeira. Grube chama atenção para o verbo *ver*, ao analisar essa passagem⁴². De fato, é de suma importância para captarmos a analogia que Sócrates está a sugerir, porém é impossível ignorar a propriedade da relação do olhar, apontada por Sócrates, como detentor de uma adequação a um *objeto* não sensível.

Ao termos em conta o verbo βλέπειν, e seu caráter analógico empregado por Sócrates, notamos que há uma potência da alma humana capaz de se direcionar a um conteúdo objetivo (pois ele é dotado de uma natureza que independe de nosso arbítrio) cuja existência não está sob o nosso poder, mas somente o apreendemos. Qual a natureza desse *objeto* de nossa “visão”?

⁴²Ver GRUBE. “O carpinteiro faz uma lançadeira. Essa ação, assim como qualquer outra, é condicionada por certos elementos naturais. Ele só pode fazer tal utensílio de uma forma determinada, uma limitação que é expressa ao dizer que só pode fazê-lo com os olhos da mente voltados para as propriedades essenciais de uma lançadeira. O eidos, portanto, de uma lançadeira acaba sendo o conjunto de suas propriedades essenciais, conforme é 'visto' pelo carpinteiro. É a aparência que a lançadeira apresenta à sua mente. Não devemos ignorar o uso constante do verbo 'ver' (βλέπειν) neste contexto; é extremamente relevante em relação ao significado de eidos. Neste trecho do Crátilo, podemos pelo menos observar a mudança de significado que ocorre desde 'como algo parece' - sua aparência - até o significado pregnante de eidos como 'aquilo a que uma lançadeira se assemelha'; a transição ocorre através de uma metáfora, e o 'ver' se transforma de atividade física em atividade mental.” p. 38-39

Grube e Sir David Ross estão de acordo em dizer que não se trata de uma concepção *hipostasiada* da *Idea*⁴³. Ademais, a *Forma* de lançadeira se articula no interior do texto como a essência de algo cuja anterioridade lógica é fundamento da criação segundo a sua natureza, o seu fim. O *artífice* cria segundo a essência que capta por meio de sua *visão*. Trata-se, portanto, de um ato interior que capta (vê) um conteúdo objetivo *pela alma* - não nos é suficientemente claro a origem de tal conteúdo, o que nos motiva a considerar uma abstração das propriedades essenciais que a alma capta a partir da “lançadeira sensível” - e plasma as propriedades essenciais desse objeto em uma matéria (*Crat.* 389 b-d). Assim, o fazedor de nomes, o *Nomotheta*, é o responsável por *impor*, por meio de letras e sílabas, o nome adequado a natureza de cada coisa (389d-e).

[...] mas se o legislador não estabelece [os nomes] com as mesmas sílabas, não devemos duvidar disso; pois nem todo ferreiro usa o mesmo [tipo de] ferro, ao fazer o mesmo instrumento para o mesmo fim. Contudo, desde que a forma seja a mesma, o instrumento estará correto, quer seja feito aqui ou entre povos bárbaros, em qualquer tipo de ferro.

[...] εἰ δὲ μὴ εἰς τὰς αὐτὰς συλλαβὰς ἕκαστος ὁ νομοθέτης τίθησιν, οὐδὲν δεῖ τοῦτο ἀμφοῖς γινοεῖν· οὐδὲ γὰρ εἰς τὸν αὐτὸν σιδήρον ἅπας χαλκεὺς τίθησιν, τοῦ αὐτοῦ ἕνεκα ποιῶν τὸ αὐτὸ ὄργανον· ἀλλ' ὅμως, ἕως ἄν τὴν αὐτὴν ἰδέαν ἀποδιδῶ, ἕαντε ἐν ἄλλῳ σιδήρῳ, ὅμως ὀρθῶς ἔχει τὸ ὄργανον, ἕαντε ἐνθάδε ἕαντε ἐν βαρβάροις τις ποιῆ. (*Crat.* 389d-390a)

Aqui Sócrates aponta para uma “plasticidade”, quanto ao aspecto sensível, na arte de fazer nomes. Nos diz que nem todo *Nomotheta* faz os nomes a partir das mesmas sílabas e letras, tal como os ferreiros que usam materiais diferentes, embora busquem fazer o mesmo. Essa analogia que o Sócrates platônico utiliza, nos motiva a compreensão de uma dupla esfera do nome. Notamos que há uma *essência*, com uma anterioridade lógica e de caráter teleológico, a qual pode ser impressa no aspecto material do nome, as letras e as sílabas, de maneiras distintas - desde que o *instrumentum* seja capaz de realizar a essência do nomear, i. é., indicar a coisa.

Embora a analogia utilizada por Sócrates não nos permita inferir muito mais do que dissemos, não seria uma interpretação absurda supor que a essência do nome, a sua potência *indicante*, pode ser facilmente identificada com o que designamos por *significação*. O nome é um instrumento que possui uma *Forma* que se realiza plenamente em seu fim, sua propriedade de apontar e distinguir algo. Esse instrumento possui um aspecto material, as letras e sílabas, que podem variar, a depender do *nomotheta*, mas, o seu aspecto *imaterial* - sua propriedade de indicar,

⁴³Ver. GRUBE. *Idem*, p. 39. Sir. David ROSS, p. 35-36.

ou seja, sua *Forma* - não varia (*Cra.* 390a), cabendo ao dialético examinar a atividade do *fazedor de nomes*.

A atividade do dialético consiste em, como nos diz Sócrates, julgar a obra do *Nomotheta*, por conhecer a forma do nome (390b).

A esta altura da investigação, Hermógenes diz que não consegue se deixar persuadir, pedindo a Sócrates que explique o que seja a *correção dos nomes por natureza* (τὴν φύσει ὀρθότητα ὀνόματος, *Cra.* 391a). Sócrates reafirma sua ignorância, apontando para a investigação conjunta, afirmando que as conclusões a que se chegaram é que “O nome tem por natureza uma correção, e não é de todo homem conhecer bem impor corretamente um nome a qualquer coisa. Não é assim?” ([...] φύσει τέ τινα ὀρθότητα ἔχον εἶναι τὸ ὄνομα καὶ οὐ παντὸς ἀνδρὸς ἐπίστασθαι [καλῶς] αὐτὸ πράγματι ὁπωῦν θέσθαι· ἢ οὐ; *Cra.* 391b). Abrindo, desse modo, a seção das etimologias.

A longa análise das etimologias “[...] pretende dar conta da justeza natural dos nomes⁴⁴”; hipótese que ganha força no curso da investigação. Como não trataremos da, assim designada pelos estudiosos, seção das etimologias, fazemos aqui referências aos textos de P. Beyoncé, L. Méridier e Lanzalaco, como autores que pontuaram com agudeza tópicos importantes em relação a questão.

IV. Considerações finais

8§ Colhemos da colocação do problema, que planteará a análise da hipótese de uma nomeação por imitação, que a investigação sobre a *correção dos nomes* exigiu uma reflexão sobre as partes do compõem o ato de nomeação - vide a primeira seção.

Como os interlocutores de Sócrates, até aqui Hermógenes, faz pesar sobre uma das partes do ato de nomeação, a totalidade da atividade, a reflexão platônica nos convida a olhar atentamente a natureza daquilo que é nomeado e a natureza do nome - aspectos ignorados por Hermógenes em sua tese.

O problema do *Crátilo* debruça-se sobre a delicada questão da natureza da relação entre o nome e objeto nomeado. Tal inquirição confronta as perspectivas antagônicas de Hermógenes, defensor da tese convencionalista, e Crátilo, arauto de

⁴⁴V. GOLDSCHMIDT. *Idem.* p. 106

uma conexão naturalista entre nome e coisa. Sob a condução de Sócrates, a hipótese inicial, convencionalista, se revela insuficiente, uma vez que negligencia sutilezas fulcrais concernentes ao complexo ato de nomeação. O ateniense instaura, assim, a exigência primária de uma *adequatio* entre nome e objeto, ressaltando a irreduzível realidade que subsiste aquém dos atos subjetivos de nomeação.

O nome é, então, caracterizado qual *instrumentum* produzido segundo uma *ars*, objetivando informar e discernir as coisas segundo seu modo próprio de ser. Ao dialético, dotado de perspicácia, competiria aquilatar a correção dos *nomina* forjados pelo nomoteta, em conformidade à *ratio* essencial que os anima.

A ampla seção etimológica, por sua vez, intenta flagrar a alegada correção natural dos nomes, em uma busca incessante pelo enraizamento primordial entre palavra e coisa.

Em síntese, buscamos aqui apresentar os termos da questão, assinalando a necessidade de perscrutar o ato nominativo em suas múltiplas instâncias, superando, desse modo, unilaterais compreensões concernentes ao vínculo *nome e coisa*. A exigência de uma *nominatio adaequata et naturalis* emerge qual fio condutor da argumentação, próximo passo que daremos.

CAPÍTULO SEGUNDO

Nomear por imitação

I. A hipótese de nosso interesse

§1. A hipótese de nosso interesse começa a se delinear a partir da refutação da tese de Hermógenes. Este passo é marcado por uma abertura à investigação de como seria uma correção natural dos nomes. Os poetas apontam que os homens e os deuses nomeiam, sendo que os deuses nomeiam com correção natural (391d-e). Este fato conduzirá a investigação a pôr em questão a *equivocidade-material*⁴⁵ do nome.

{ΣΩ.} [...] ὁ γὰρ “ἄναξ” καὶ ὁ “ἔκτωρ” σχεδόν τι ταύτων σημαίνει, βασιλικά ἀμφότερα εἶναι τὰ ὀνόματα·

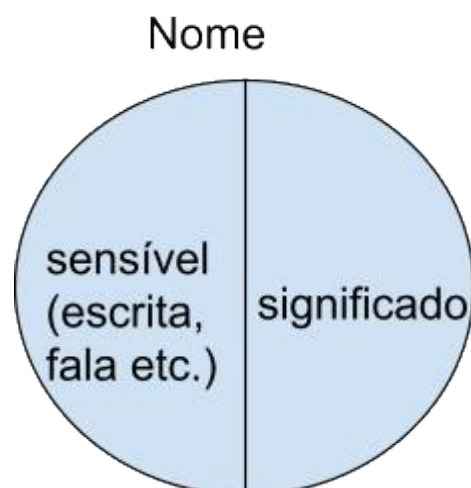
Pois “ἄναξ” e “ἔκτωρ” significam em grande medida o mesmo, ambos são nomes reais.

Vejamos com atenção o verbo grego presente na passagem acima: σημαίνω. Este verbo, nas palavras do Sócrates platônico, denota um sentido de natureza abrangente. Neste contexto, o Sócrates platônico parece não se preocupar apenas com a capacidade do nome de determinar ou designar algo específico; ao invés disso, ele se concentra na conotação geral. Os nomes podem, de fato, referir-se a indivíduos específicos, mas também podem abranger conceitos - como é evidenciado no início do diálogo, quando Sócrates e Hermógenes debatem sobre o termo "homem"; o termo se relaciona a um conceito mais amplo, não se restringindo a um indivíduo específico. Portanto, é crucial que nesta passagem reconheçamos que um nome transcende a mera articulação *físico-fonética*.

O verbo σημαίνω⁴⁶ nos revela que o nome não se limita apenas ao seu aspecto sensível; ele é a composição de seu aspecto sensível, ou seja, a sua articulação *físico-fonética*, com o seu significado. Como ilustrado na figura subsequente, o nome é um *instrumentum* composto que abarca ambas essas dimensões.

⁴⁵Com equivocidade-material, queremos apenas dizer que o Sócrates platônico não julga os nomes diferentes em virtude de suas diferenças sensíveis (a composição sensível do nome, as letras e sílabas), como se pode ver, no capítulo anterior, em seu exemplo dos ferreiros.

⁴⁶Idem. Lexique Les Belles Lettres. vol. 2. p. 454. “a) Montrer [...]; b) signaler; c) signifier.” F. Ast. Ibid. Vol. 3. p. 245. “significo, indico.”



A partir do texto anterior, não é absurdo inferir que a significação representa uma forma de abstração da essência. Tomemos o exemplo de Sócrates: *realmente* os reis são distintos entre si, *idealmente*, o *ser-rei* é o mesmo. Portanto, Teseu e Codro podem ser considerados reis, havendo uma diversidade numérica no *ser-rei* determinada pela individuação de Teseu e Codro, mas essa diversidade numérica não implica uma diversidade ideal na essência do *ser-rei*. É dessa maneira que podemos afirmar que "[...] 'ἄναξ' e 'ἔκτωρ' significam, em grande medida, o mesmo, ambos são nomes reais." Em outras palavras, a significação (σημαίνω), não considera o seu objeto do seu ponto de vista numérico, mas sim do ponto de vista específico. Trata-se, portanto, de uma unidade ideal, ou conteúdo ideal, que transcende a esfera psíquica do indivíduo. Com a significação, transitamos do *hic et nunc* para o *in specie*.

A continuidade do argumento de Sócrates reforça essa concepção do nome (*Crat.* 393b-d), entendendo, a princípio, que o σημαίνω é o que indica a *essência* da coisa. Tal concepção de nome está atrelada, no interior do argumento, àquela exigência de uma nomeação que preconiza, no ato de nomear, uma objetividade. O nome tem um aspecto sensível que permite um grau de plasticidade, como nos mostra a presente passagem e a alegoria dos ferreiros - analisada no capítulo precedente -, mas, o que parece atender a exigência de uma objetividade não é o seu aspecto sensível e sim o seu σημαίνω - que tem relação com o aspecto sensível, mas não pode ser confundido com esse. Assim, o som junto da significação é o caracteriza o nome.

Pois, pelo mesmo raciocínio, se de um rei nascer algum descendente, deve ser chamado rei; e se o mesmo é significado em outras sílabas ou em outras, não importa; nem se alguma letra é acrescentada ou suprimida, nem isto importa, enquanto a essência da coisa seja claramente indicada no nome.

κατὰ γὰρ τὸν αὐτὸν λόγον κἄν ἐκ βασιλέως γίγνηται τι ἔκγονον, βασιλεὺς κλητέος· εἰ δὲ ἐν ἑτέραις συλλαβαῖς ἢ ἐν ἑτέραις τὸ αὐτὸ σημαίνει, οὐδὲν πρᾶγμα· οὐδ' εἰ πρόσκειται τι γράμμα ἢ ἀφήρηται, οὐδὲν οὐδὲ τοῦτο, ἕως ἂν ἐγκρατῆς ᾖ ἡ οὐσία τοῦ πράγματος δηλουμένη ἐν τῷ ὀνόματι. (393c)

A flexibilidade inerente ao aspecto sensível do nome fica nitidamente evidente na passagem citada. Sócrates nos instrui: "εἰ δὲ ἐν ἑτέραις συλλαβαῖς ἢ ἐν ἑτέραις τὸ αὐτὸ σημαίνει." Ou seja, é possível acrescentar ou remover letras, contanto que a essência da coisa esteja claramente indicada no nome. Este σημαίνει, portanto, representa a capacidade intrínseca do nome de apontar para a essência da coisa. É uma potência (δύναμιν, 393d) que transcende a mera expressão sensível, indicando algo que vai além da mera articulação fonética.

§2. Como observa J. Souilhé “No sentido filosófico, a *dynamis* platônica pode se definir, como: a propriedade ou a qualidade reveladora do ser... ela revela a natureza íntima e oculta dos seres, muito mais, ela distingue as essências.”⁴⁷ Podemos nos servir de um exemplo que está na complexa seção das etimologias. Sócrates⁴⁸ ao buscar a etimologia da alma diz: “[...] acho que os nomeadores da alma inteligiram o seguinte: quando está no corpo, ela é a causa da sua vida contendo o princípio (δύναμιν) do respirar e aumentar” (Cra. 399d-e). Sócrates conclui que o poder δύναμις da alma é o respirar e aumentar, ou seja, o que é próprio da alma e faz com que ela seja ela mesma, e conforme as etimologias nos apontam, é esse o seu poder. Desse modo a ὀνόματος δύναμις é o aspecto do nome que lhe é essencial e próprio, ou seja, sua capacidade referencial que não se reduz ao aspecto sensível.

Assim como para nós os remédios dos médicos, embora pareçam diferentes pelas cores e aromas, são os mesmos, mas para o médico, focado no efeito dos remédios, aparecem os mesmos, e não se perturba com os acréscimos; talvez assim também quem entende o poder dos nomes olha para seu

⁴⁷ Étude sur le terme dynamis dans les dialogues de platon. Joseph Souilhé. Paris, librairie Félix Alcan, 1919. Pg. 148

⁴⁸ Há diversas passagens para exemplificar (403^a Hades; 405b Apolo o nome de Apolo foi estabelecido por captar todas as potências, Δυνάμεων; 407e Hermes; 416e sobre o prover ;419b θυμὸν).

feito, e não se perturba se alguma letra é acrescentada, transposta ou suprimida, ou se o poder do nome está em letras totalmente diferentes.

ὥσπερ ἡμῖν τὰ τῶν ἰατρῶν φάρμακα χρώμασιν καὶ ὀσμαῖς πεποικιλμένα ἄλλα φαίνεται τὰ αὐτὰ ὄντα, τῷ δὲ γε ἰατρῷ, ἅτε τὴν δύναμιν τῶν φαρμάκων σκοπούμενῳ, τὰ αὐτὰ φαίνεται, καὶ οὐκ ἐκπλήττεται ὑπὸ τῶν προσόντων. οὕτω δὲ ἴσως καὶ ὁ ἐπιστάμενος περὶ ὀνομάτων τὴν δύναμιν αὐτῶν σκοπεῖ, καὶ οὐκ ἐκπλήττεται εἴ τι πρόσκειται γράμμα ἢ μετὰκειται ἢ ἀφήρηται, ἢ καὶ ἐν ἄλλοις παντάπασιν γράμμασιν ἔστιν ἡ τοῦ ὀνόματος δύναμις. (Cra. 394a-b)

Tal como o médico que possui a técnica e vê a igualdade entre os remédios, ainda que mediante a diversidade de cheiros e cores pareçam diferentes, o que nomeia também não se deixa dissuadir por aquilo que afeta a sua sensibilidade, mas antes deve se deter e buscar depreender do nome aquela unidade ideal que apresenta indica a coisa ao espírito.

Vemos neste argumento de Sócrates uma continuidade com a analogia dos ferreiros, pois a analogia nos indica a distinção do nome em duas esferas. Dado que, da mesma forma que o médico não deve se deixar levar pelas sensações que apontam para a disparidade de cores e aromas nos remédios, o *nomoteta*, também, deve se ater, não ao aspecto sensível do nome, mas, a sua potência de indicar a coisa. A escrita, a fala e qualquer outro recurso sensível representam o aspecto sensível do nome. O que é próprio daquele que tomou consciência do nome não é, somente, o aspecto sensível do nome, mas a unidade ideal, a sua *δύναμις*, ainda que haja adição ou subtração no aspecto sensível do nome, isso não afeta o poder mediante o qual o nome indica a coisa. Essa *δύναμις*, em nada depende do aspecto sensível do nome, de modo que podemos acrescentar ou tirar letras de um determinado nome, até mesmo muda-lo inteiramente, e isso não afetará a unidade ideal do nome mediante a qual existe a propriedade de indicar a coisa.

O fundamento da indicação não é o aspecto sensível, mas sim a *δύναμις*⁴⁹. Dado que um falante que, mediante um ato de nomear, enuncia *pomme* se refere à mesma coisa que um outro falante enuncia como *maçã*. Como L. Robin afirma: "A propriedade de um nome, como já se percebe, é independente de seu conteúdo sonoro e reside inteiramente na apropriação precisa desse nome à realidade que é, por natureza, sua função designar." (ROBIN, 1967, p. 370). Se essa indicação existe independente do espírito humano, é algo que ainda não temos a condição de dizê-lo apenas com o que temos até aqui.

⁴⁹Seguimos Souilhé ao dizer que "A *δύναμις* do objeto e a *δύναμις* do nome, são coisa idêntica". Ibid. p. 84

Ora, o tipo de ato que concede acesso ao aspecto do nome que não é sensível será analisado no capítulo posterior. Por enquanto, pensamos ser suficiente em relação a esse tema considerar que o que nomeia com correção, no interior da hipótese em questão, desempenhe um tipo de ato que não diz respeito à sensibilidade, somente⁵⁰.

Uma vez que o nome é uma composição, compreendendo tanto a parte sensível quanto a significação, a *correção dos nomes* não pode ser restrita à apenas um deles ou, ainda, a nenhum deles. Portanto, qualquer correção dos nomes deve levar em consideração essa composição que o nome é.

A constituição da 'parte' significativa do nome parece estar suficientemente clara na investigação - discussão da primeira parte do diálogo. No entanto, a capacidade de significar não se resume ao nome como um todo; além disso, essa capacidade de significação está intrinsecamente entrelaçada com o aspecto sensível do nome, uma vez que um nome só existe quando há uma articulação *físico-fonética* e significação. De modo que o olhar sob a constituição sensível do nome conduzirá toda a seção das etimologias a fim de perscrutar a dimensão e alcance desse aspecto do nome.

§3. Uma vez afastada a hipótese de que as significações sejam estabelecidas por convenção e considerando os passos anteriores que mencionamos, é levantada uma outra hipótese, a de que a imitação desempenha um papel fundamental na relação entre o nome e a coisa. O Sócrates platônico afirma que o nome é "a imitação vocal (*μίμημα φωνῆ*) da coisa imitada" (*Crat.* 423 b), indicando assim que, por meio da voz, seria possível imitar a coisa nomeada.

Se alguém pudesse imitar a própria essência de cada coisa com letras e sílabas, não indicaria cada coisa o que é? Ou não?

εἴ τις αὐτὸ τοῦτο μιμεῖσθαι δύναιτο ἐκάστου, τὴν οὐσίαν, γράμμασί τε καὶ συλλαβαῖς, ἄρ' οὐκ ἂν δηλοῖ ἕκαστον ὃ ἔστιν; ἢ οὐ; (*Cra.* 423 e)

Essa hipótese parte do pressuposto de que nas letras e sílabas existem características que se assemelham às características das coisas que elas pretendem representar. Por meio dessa semelhança, elas seriam capazes de imitar

⁵⁰ É importante pontuar que não há uma constatação de inutilidade dos sentidos, muito pelo contrário, é que para além dos sentidos é necessário também conhecer essa potência do nome mediante um outro tipo de ato, que não os atos da sensibilidade. E que o nome é uma composição que possui, naturalmente, um aspecto sensível.

as coisas de forma precisa, permitindo, assim, uma nomeação precisa. A ideia é que, de maneira semelhante a um pintor que representa uma coisa com cores que se assemelham às cores da coisa em questão e, assim, torna a coisa evidente por meio de uma imagem, a hipótese sugere que, através das letras e sílabas, que possuem características naturais que se assemelham às características das coisas, é possível criar uma imagem em forma de nome, de modo que a própria coisa se torne evidente ao espírito.

Este passo do argumento, na busca por uma correção natural dos nomes, se concentra em como o nome, considerando sua parte sensível, é capaz de representar adequadamente a coisa que se pretende nomear⁵¹, isto é, qual é o papel do aspecto sensível do nome no ato de nomeação? Exploraremos como essa hipótese se desenvolve, mas é essencial que tenhamos uma compreensão clara do que significa *μίμησις*, uma vez que a imitação está intrinsecamente relacionada a uma segunda exigência do ato de nomear, a representação.

II. Uma nota sobre o significado de *μίμησις*⁵²

§4. A *μίμησις*⁵³ é, antes de tudo, um tipo de ato que se circunscreve na relação *modelo-cópia*. A imitação possui uma ambição, que tem por necessidade ser frustrada, que é a de representar o conteúdo verdadeiro e real da coisa imitada. É curioso que tal caracterização se dê mediante os limites impostos pela natureza, visto que a imitação, ainda que na sua pretensão de atingir o modelo, só alcançará o

⁵¹Ver Crombrie: “Nisso, Sócrates acrescenta a observação de que o que imitamos na linguagem é a essência (ousia) e não as propriedades sensíveis evidentes das coisas; quando falamos sobre touros, não mugimos. Parece implicar também que esse tipo de imitação não indicaria 'o que cada coisa é', mesmo que conseguisse comunicar a referência do caso. A imitação ideal reproduziria no som cada um dos fatores que fazem o objeto referido ser o que é, de modo que em uma linguagem composta por imitações ideais, poderíamos, ao inspecionar uma palavra, compreender a natureza dos objetos aos quais ela se refere - talvez não sua aparência, som ou odor, mas sim sua constituição essencial, da qual, sem dúvida, de algum modo, dependem suas propriedades sensíveis. (423-4. Em 423e, Sócrates parece confundir a imitação da ousia das formas, como o que é ter cor, com a imitação da ousia das coisas que possuem, entre outras, cor. Em todo caso, ele passa a falar sobre imitar, como fazem os pintores, as cores das coisas, a imitar a ousia da cor. Imitar a ousia das coisas cujas aparências os pintores imitam - como os touros, por exemplo - parece ser um estágio intermediário da tarefa).” p. 425

⁵²Tratar da noção de *μίμησις* na obra de Platão tomaria um espaço desmedido ao nosso propósito, de maneira a privilegiar a nossa intenção inicial: analisar o diálogo em sua *autonomia*. Para uma discussão sobre a noção de *μίμησις* em Platão, indicamos o texto de 2021 da IPS *Platonic Mimesis Revisited*.

⁵³As palavras que advêm da ação que designa a imitação, *μίμησις*, como *μιμείται* (com cinco ocorrências entre 423b e 434b), *μιμείσθαι* (com três ocorrências entre 423e e 424c), *μίμημα* (com duas ocorrências em 430e) e o próprio ato de imitar, *μίμησις* (com duas ocorrências em 423c e 424b), aparecem somente na parte final do diálogo com a hipótese de nosso interesse.

status de imagem – que pode, por assim dizer, ser menos ou mais próxima do real. Seu *status* ontológico e gnosiológico é inferior ao das coisas mesmas.

A *imagem*, i.é., o fruto da imitação, pode ser, portanto, designada como uma *cópia* que aspira atingir o modelo. Tal suspiro se dissipa, no fluxo contínuo da vida, dando espaço ao que é o mesmo e sempre. Uma foto, um quadro, uma música, ainda que agradem aos sentidos e sejam *imagens* dos objetos, mediante suas características, não serão jamais as coisas que buscam se assemelhar.

Pois bem, o que é uma *imagem*? Imaginemos uma cadeira branca (A) e uma pintura da mesma cadeira (B). A existência de A é o fundamento da relação de imitação que constitui a coisa relativa, e que, ao constituí-la, é a razão a partir da qual surge a relação. A existência de B é em razão da existência de A. O termo de relação é algo que constitui a coisa a que se relaciona ao seu relativo. O sujeito da relação icônica é A e o fundamento da relação é a existência de A. E só há uma imagem, melhor dizendo, só há B em razão de A existir.

Cabe distinguir aqui dois conceitos que não podem ser confundidos, Imagem (*εἰκῶν*), conceito fundamental para nós, e Semelhança (*ομοιότητα*). No exemplo que acabamos de mencionar, tem-se por certo que a imagem possui uma relação de causalidade com a coisa, isto é, a imagem só existe porque anteriormente há algo do qual ela é imagem. Na *relação* de semelhança, por exemplo, dizemos que a cor da maçã-verde é semelhante a cor verde da esmeralda. Tal afirmação não depende da relação *modelo-cópia* já que ambas as coisas não possuem uma relação causal, mas o espírito humano reconhece uma característica na maçã-verde, isto é, a cor verde, que é presente também na esmeralda, e atribui uma espécie de relação. Na atribuição de semelhança, segundo a razão, não há causalidade.

Assim, a *imagem* está contida pela *semelhança*, mas a *semelhança* não está contida pela *imagem*. Pois há relações de *semelhança* que são atribuídas pela razão, como no exemplo acima, mas não pode haver *imagem* sem relação de *semelhança*. Ou seja, toda *imagem* pressupõe uma *semelhança*, mas nem toda *semelhança* pressupõe uma *imagem*.

Ademais, a noção de *imagem* pressupõe, como dissemos, a relação *modelo-cópia*, ou seja, é necessário que exista uma ligação causal entre a *imagem* e a aquilo de que ela é *imagem*. Quando Leonardo da Vinci pintou *Monalisa* tinha um paradigma em mente, a mulher pintada. Está presente, no paradigma, a anterioridade real do ente imitado. Tenhamos por claro, então, a diferença entre *imagem* e *semelhança*, pois ambas noções são utilizadas na hipótese do nome

enquanto uma imitação.

III. A segunda exigência do ato de nomeação: a representação.

§5. Retornemos as palavras de Sócrates:

Se alguém pudesse imitar a própria essência de cada coisa com letras e sílabas, não indicaria cada coisa o que é? Ou não?

εἴ τις αὐτὸ τοῦτο μιμεῖσθαι δύναιτο ἐκάστου, τὴν οὐσίαν, γράμμασί τε καὶ συλλαβαῖς, ἄρ' οὐκ ἂν δηλοῖ ἕκαστον ὃ ἔστιν; ἢ οὐ; (Cra. 423e)

A hipótese de uma nomeação mimética - que não tem por início essa passagem, mas, sua formulação é esta - carrega uma nova exigência do ato de nomeação: a *representação*. Só é plausível pensar em *imitação* (Cra. 423c), *imagem* (Cra. 432c) e, por consequência, *semelhança* (Cra. 424d), se se tem por termo investigar como o nome pode *representar/apresentar ao espírito* a coisa nomeada. Tal plausibilidade se revela no curso da investigação a partir da seguinte questão: como a articulação *físico-fonética* do nome pode nos indicar algo, dado que a *correção dos nomes* nos parece algo natural?

É necessário que tenhamos os meios para formar uma imagem da coisa para representá-la como ela é. E a seção das etimologias nos mostrou que não se deve conduzir a investigação a uma *regressio ad infinitum*, há de se formar essa imagem por meio dos elementos primeiros, as letras e sílabas, a partir das quais seria possível indicar a essência de cada coisa, ou seja, representá-la.

O Sócrates platônico indicara que não seria mediante os aspectos acidentais da coisa que o nome a designaria, isto é, não seria imitando o som que a coisa faz (Cra. 423 c-d). Haveria como que espécies de imitações vocais, a imitação do som de um animal, a imitação musical etc. Porém, esses tipos de imitações não são as que evidenciam a natureza das coisas (423 e)⁵⁴, dado que elas apontam apenas os aspectos acidentais daquilo que é. Dizer isso é assumir que a imitação por meio de um nome é feita para além dos aspectos acidentais das coisas. Quando imitamos, por meio de um nome, não imitamos a cor, o som, a figura, o movimento, a atividade etc., tal como faz a música e a pintura, mas imitamos aquilo que Sócrates chama de

⁵⁴Aqui seguimos Anna Pavianni: "Música e nomeação compartilham o mesmo 'como', uma vez que seu meio comum de expressão é o som, mas diferem com relação ao 'o quê'. O que é imitado no nome é especificado no próximo passo. Nesse ponto, Sócrates faz com que Hermógenes conceda que cada coisa tem, além das características já mencionadas, uma essência (οὐσία) (423e1-2)."

essência (423 e *μιμῆσθαι δύναιτο ἐκάστου τὴν οὐσίαν γράμμασί τε καὶ συλλαβαῖς*). Pela via negativa, poderíamos inferir que o que está sub-entendido como as essências, *τὴν οὐσίαν*, é aquilo que não é “acidental”, portanto, essencial a coisa. Aquilo que constitui a coisa na sua natureza mesma, que faz com que ela seja o que é.

Seria, então, através de uma propriedade natural que está presente no que é chamado de *τὰ στοιχεῖα πρῶτον*, os elementos primeiros, que poderíamos evidenciar a coisa por meio dos nomes (*Cra.* 424 b-c).

Para que a imitação seja realizada, por meio de letras e sílabas, aquele que institui os nomes terá de proceder segundo o método da divisão (424 b *διαίρεσεως*). Fará isso dividindo e determinando as propriedades das letras, como quem prepara a paleta de cores para fazer uma boa imagem. Tal preparo pressupõe o conhecimento prévio da coisa⁵⁵, pois para a representação das essências das coisas é necessário previamente o conhecimento da própria essência. E conhecendo bem a significação natural das letras, como o pintor que conhece bem as cores que já estão dispostas na natureza, deve compor, unindo as letras e sílabas, misturando umas às outras, com o objetivo de que o nome alcance a indicação da essência (388 e), que é o de naturalmente significar as coisas.

Pensemos brevemente num quadro realista. Para realizar a pintura, aquele que detem a *arte* precisa conhecer bem o que ele irá pintar. No caso dessa *arte* o que significa esse ‘conhecer bem’? Conhecer as propriedades sensíveis do que será pintado. As cores, a dimensão, a superfície etc. Porém, a *arte* não resulta do ‘conhecer bem’ o objeto, mas em ser capaz de fazer uma *imagem*, imprimindo, por meio de cores, as características sensíveis do modelo - fazendo assim uma cópia.

Sócrates fala a Hermógenes sobre a complexidade de tal afirmação (*Cra.* 423 e), pois tal tese se funda sobre a concepção de que as letras e sílabas possuem, naturalmente, propriedades que podem se assemelhar com a *phýsis*. Mas, não parece ser possível se desviar de tal afirmação, a não ser, como diz Sócrates, que resolvamos proceder “como os poetas trágicos, que [...], sempre que se encontram em dificuldade para fazer baixar os deuses: de igual modo, sairemos deste apuro declarando que os nomes primitivos foram estabelecidos pelos deuses” (*Cra.* 425b).

Como Sócrates recusa o artifício *ex maquina*, avança em sua exposição. Vale lembrar que a seção das etimologias satisfaz algumas exigências, quanto a um nomear segundo a natureza, mas se mostrou incompleta, pois os nomes analisados

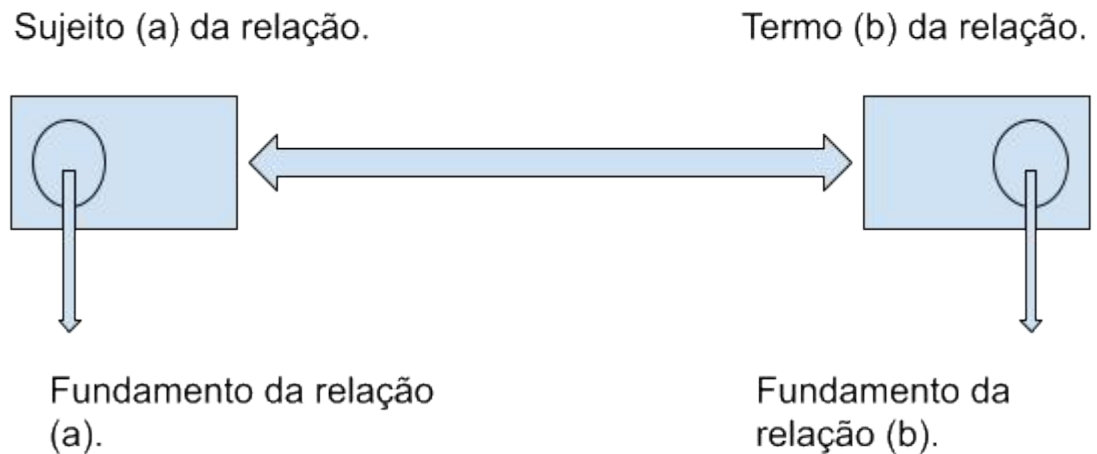
⁵⁵Como mencionado na relação *modelo-cópia*.

em tal seção eram compostos, levando a investigação aos nomes primitivos. Quando se atinge os elementos primeiros, τὰ στοιχεῖα πρῶτον, isto é, as letras, por serem a menor unidade do discurso, que não são formadas a partir de outros elementos, encontra-se a dificuldade de saber se elas também foram estabelecidas por um legislador ou não. Se a potência de indicar das letras fossem estabelecida por um legislador, essa hipótese estaria a beira de uma nomeção segundo a convenção, de modo que a tese de uma linguagem natural se vê forçada a assumir uma potência de indicar natural das letras, para não cair numa regressão *ad infinitum* ou atribuir tal indicação a um estabelecimento divino.

Esse movimento do argumento conduz o Sócrates platônico a fazer uma espécie de excursão, analisando as *propriedades* naturais das letras em apontar para as coisas. Como o ‘ρῶ’ que pode ser um *instrumentum* para exprimir o movimento⁵⁶. Não por uma convenção atribuída mediante a razão, mas naturalmente, segundo a natureza, esse movimento que produzimos com a língua, na articulação vocal, designa ‘toda sorte de movimento’.

Uma maneira de compreender como se daria essa *imitação* por meio de letras e sílabas pode ser entendida com aquela pequena nota sobre a *mimesis* que demos a cima. Pensemos o seguinte exemplo: poderíamos dizer que a cor de uma cadeira (A) é semelhante à de uma ametista (B). Ora, A e B não apontam um para o outro, isto é, não há nada na *phýsis* que me faça relacionar A e B. De modo que é o espírito humano que as relaciona, tendo em conta o fundamento da relação, a cor “semelhante”. Há algo em A, o fundamento da relação, que o espírito humano relaciona com B. Não é este o tipo de relação que o Sócrates platônico está a propor - mas, esse exemplo nos é útil para compreender a dimensão da articulação do argumento e como se daria a imitação.

⁵⁶ Cra. 426 b-e



Existem os sujeitos da relação, A e B, e o fundamento da relação, a cor. Tal relação é de razão, pois é o espírito humano que atribui a *semelhança* em função da identidade específica da cor, encontrada em ambos sujeitos da relação. Há uma diversidade numérica de cor, a cor da cadeira (A) e a cor da ametista (B), mas há, também, uma identidade específica da cor - que é o substrato da relação de razão.

Com esse exemplo em mente, pensemos na proposta de uma nomeação mimética da essência através de letras e sílabas. Seria em virtude da propriedade natural que está na letra “r” que indica uma espécie de mobilidade, causada pelo tremor da língua, que seria instituído com razão a palavra “*correr*”. Há algo na letra que é semelhante a ação. Há algo em ‘r’ que aponta *realmente* para uma determinada ação em virtude de uma propriedade intrínseca que ‘r’ têm.⁵⁷

§6. Como os elementos primeiros possuem naturalmente essa potência de indicar as coisas, caberá então ao nomeador apenas unir as letras e sílabas, atento as propriedades naturais do nome com a finalidade de evidenciar a essência da coisa através do nome⁵⁸.

Como as imitações dos sons dos animais e os produtos da música não possuem as propriedades referenciais necessárias para serem considerados nomes,

⁵⁷ Charles Kahn diz o seguinte a respeito dos elementos primeiros: “[...] para confirmar se os nomes primários são corretamente designados, como revelações ou imitações (*mimemata*) da realidade, não devemos apenas analisar as palavras em seus componentes, mas também analisar as coisas em seus próprios elementos (*stoicheia* 424d). Então ele (Platão) desenvolve a sugestão de uma linguagem ideal, em que o arranjo sistemático dos componentes linguísticos refletiria corretamente (por semelhança, *homoites*, 426d6) a estrutura sistemática do mundo das coisas (*onta*)”. KAHN, C. H. *Platão e o diálogo pós-socrático*. Edições Loyola: São Paulo, 2018. p.101.

⁵⁸ Como diz L. Robin: “Seria possível se não existissem produtos naturais adequados para criar as cores naturais das quais posteriormente faremos essa pintura? Da mesma forma, se não existissem elementos vocais naturalmente semelhantes à realidade, não conceberíamos a existência de palavras primárias que naturalmente proporcionassem essa semelhança.” (ROBIN, 1967, p. 378-379)

introduz-se uma distinção conceitual fundamental de maneira quase incidental: a distinção entre a essência (οὐσία) de um objeto e suas propriedades, como cor e som, entre outras. A οὐσία deve conter tudo o que merece a atribuição do termo "ser" (πρόσρησις τοῦ εἶναι 423e). Imitar a οὐσία de algo por meio de letras e sílabas significa revelar o que é (ὁ ἔστιν, 423e)⁵⁹.

Dessa forma, identificamos tanto o objeto (οὐσία) quanto o "método" (através de letras e sílabas) de imitação das palavras, juntamente com os especialistas associados a eles, conhecidos como especialistas em nomes ou ὀνομαστικοί. Estes especialistas em nomes se unem aos artistas da imitação na música e na pintura.

Cada coisa (πρᾶγμα 423d4, ἕκαστον 423e2) não apenas possui uma οὐσία, mas também suas propriedades, como cor e som, têm uma (423e3). Imitá-las significa revelar a verdadeira natureza das cores ou dos sons. Portanto, quando nos envolvemos em uma imitação onomástica da οὐσία que pertence a um objeto, estamos essencialmente revelando a essência intrínseca desse objeto em si. É razoável, portanto, supor que uma imitação onomástica também se aplique à οὐσία da cor que pertence a um objeto, uma vez que a cor é algo⁶⁰. Em outras palavras, se um objeto possui a cor vermelha, a imitação onomástica através do nome "vermelho" revelaria a verdadeira natureza do vermelho. Isso, por sua vez, implicaria que, ao fazer isso, também estaríamos revelando como é o objeto em questão, ou seja, vermelho. Isso sugere que a derivação do nome, a ἐπωνυμία (como "vermelho" de "vermelhidão"), conforme definida no *Fédon* (103b) e no *Parmênides* (130e), também estaria incluída na imitação onomástica.

O ὀνομαστικός, apreende a essência dos entes com letras e sílabas, de modo a imitar sua essência (ainda sobre 423e), como argumenta Méridier (1931, p. 112) ou eles [os nomes] apreendem seu ser com suas letras e sílabas, de modo a imitar sua essência, como argumenta Ademollo (2011, p. 281). Esse desacordo nos faz acompanhar o autor francês, uma vez que a interpretação do F. Ademollo exigiria uma exposição sobre como o 'nome' é o sujeito implícito da oração de 423e e não o ὀνομαστικός. Ao que parece justo acompanhar Méridier.

⁵⁹Pois, como diz Anna Paviani: "Pois, como Sócrates está prestes a explicar no final do trecho em questão, o que o nome, feito de sons, imita não é feito de sons em si mesmo."

⁶⁰Baxter, em relação a essa passagem, introduz uma discussão acerca das concepções de *substância* e *acidentes*, estabelecendo uma relação com as *Categorias* de Aristóteles. Essa abordagem nos parece meramente didática, uma vez que não é capaz de demonstrar a continuidade ou descontinuidade das noções desenvolvidas no argumento do *Crátilo* com a percepção aristotélica de que o 'ente se diz de muitos modos'. Outro fato é que Platão discute o problema da predicação com mais acuidade no *Sofista*, não aqui no *Crátilo*, e já conhecemos a solução para este problema, os cinco gêneros.

IV. A representação do ser em sons - os primeiros elementos.

§7. A imitação da ούσία por meio de letras e sílabas nos leva a considerar a classificação dos meios de imitação, ou seja, as letras e sílabas em si. Sócrates sugere que devemos seguir o método dos especialistas em ritmos, ou seja, começar examinando as características fonéticas e prosódicas, as "potências" (δυνάμεις 424c) dos elementos sonoros e sílabas. Somente após essa análise inicial, em analogia ao tratamento métrico dos ritmos, que envolve a ordenação de "lento e rápido" (Symp.187b–c), devemos então direcionar nossa atenção para as palavras e unidades linguísticas maiores⁶¹.

A divisão ⁶²é realizada da seguinte forma: primeiro, devemos separar as vogais (τὰ φωνήεντα 424b). Os outros sons, ou seja, os não vocálicos, devem ser divididos de acordo com suas categorias em ἄφωνα καὶ ἄφθογγα (possivelmente consoantes mudas) e sons não vocálicos (τὰ φωνήοντα μὲν οὐ, οὐ μέντοι γε ἄφθογγα, 424 b). Até mesmo as φωνήεντα (vogais) devem ser divididas de acordo com seus tipos (εἴδη).

O que vem a seguir é extremamente notável, embora não seja tão simples de reconstruir: o domínio das *significações* deve ser inicialmente estruturado com princípios semelhantes aos do domínio dos elementos sonoros (στοιχεῖα), e então, por meio de uma espécie de homomorfismo rudimentar, uma correspondência entre elementos sonoros e *significação* deve ser estabelecida. Vale a pena notar que a análise em termos de elementos sonoros (στοιχεῖα) aqui não é usada principalmente para fins ilustrativos, como *Teeteto*, *Sofista* ou *Filebo*, mas sim como um guia para a análise ontológica.

O panorama geral do reino das significações, ao qual é necessário atribuir nomes apropriados após 424d, parece o seguinte: o *ente* é dividido em tipos (εἴδη) e, possivelmente, em estágios que variam de menos fundamental a mais fundamental. O fundamental serve como fundamento tanto do ponto de vista ontológico (ἔστιν εἰς ἃ ἀναφέρεται πάντα ὥσπερ τὰ στοιχεῖα, 424d) quanto em termos de conhecimento

⁶¹Com essa abordagem, Sócrates entra no território do sofista Hippias, conforme discutido no diálogo homônimo. No *Hippias Menor*, Hippias é considerado um especialista na análise (διαρπείσθαι) das δυνάμεις (potências) das letras, sílabas, ritmos e harmonias (cf. Barney (2001, p. 101)).

⁶²A *διαίρεση* é usada, portanto, para estabelecer uma estrutura de características taxonômicas, tendo um papel central em sua função "dialectica" em diálogos como o *Fedro*, o *Sofista*, o *Político* e o *Filebo*.

(ἐξ ὧν ἔστιν ἰδεῖν αὐτά τε καὶ εἰ ἐν αὐτοῖς ἔνεστιν εἶδη κατὰ τὸν αὐτὸν τρόπον ὥσπερ ἐν τοῖς στοιχείοις, 424d).

Estamos dentro da tentativa de reproduzir a imitação da οὐσία das significações por meio dos πρῶτα ὀνόματα usando elementos sonoros - στοιχεῖα. Em um primeiro estágio, os στοιχεῖα devem ser atribuídos às suas correspondências ontológicas, seja um a um (ἐν ἐνί 424d) ou, após uma mistura adequada dos componentes, muitos para um (πολλὰ ἐνί). Isso parece esboçar o início de uma correspondência *homomórfica*, na qual inicialmente os elementos da estrutura de origem são mapeados em seus correlatos - por meio da imitação. No entanto, em seguida, prevalece a imagem de aplicação de cores simples (como a púrpura ὄστρεον) e cores mistas (como a cor da carne ἀνδρείκελον).

O fato de que a composição (*Crat.*, 425a) de unidades maiores (συλλαβή, ὄνομα, ῥήμα) no nível linguístico replica uma composição semelhante no nível das coisas (πράγματα) permanece implícito ou é pressuposto como algo óbvio. No entanto, o que corresponde aos elementos sonoros στοιχεῖα no nível de denotação dos fatos ainda está para ser questionado. Com o uso da pintura como analogia, o progresso conceitual da imitação de cor e som à imitação da οὐσία ou do τί ἔστιν ainda não foi expresso.

§8. É fundamental questionar a relevância deste "momento crucial". Quando a discussão estava centrada na classificação e na sistematização dos elementos sonoros, o argumento em construção fazia sentido, principalmente porque a organização mais desafiadora dos elementos ontológicos "semelhantes" (cf. κατὰ τὴν ὁμοίότητα 424d) permanecia em grande parte num estágio germinar.

Entretanto, manter o argumento ao lidar com a geração de novos nomes, em vez de apenas analisar os nomes primários e secundários já existentes, teria se mostrado muito mais difícil, senão impossível. Isso teria levado à criação de uma língua ideal, naturalística e baseada na semelhança. A busca pela validação definitiva da correção natural dos nomes primários e secundários existentes teria, então, sido omitida ou teria dependido da coincidência acidental com os nomes idealizados da língua.

O destaque dado à ideia de que o processo construtivo, que vai desde os στοιχεῖα até o λόγος, atinge seu ponto mais alto no contexto de uma arte onomástica (*Crat.* 425a), torna compreensível por que alguns estudiosos, como Baxter e

Ademollo, acreditam que o conceito de uma língua ideal, pelo menos como uma possibilidade abstrata, desempenha um papel de fundo. Portanto, a questão central é se o eventual fracasso da língua atual em atender aos requisitos de correção natural à luz da possibilidade de uma língua ideal é a última palavra nessa discussão.

Sócrates enfatiza a inexorabilidade (ἀνάγκη 425d) da tese da *μίμησις* ao destacar a falta de plausibilidade das alternativas. A ideia de que os deuses são a origem dos nomes primários seria um artifício da mesma qualidade que um *deus ex machina* dos dramaturgos trágicos. Da mesma forma, a referência à origem bárbara (ou seja, estrangeira) ou a simples menção de sua antiguidade não seriam alternativas igualmente plausíveis (embora a menção ao caráter arcaico dos bárbaros (425e) seja relativizada pela possibilidade de que o passado de sua própria língua seja tão inacessível quanto as línguas estrangeiras).

Todas essas alternativas são meros artifícios engenhosos (κομψαί) usados para evitar a demonstração da correção dos primeiros nomes. No entanto, se essa demonstração for evitada, a falta de conhecimento sobre a correção dos nomes primários se estenderá aos nomes secundários. A correção destes últimos só pode ser derivada da correção dos nomes primários. Portanto, alguém que reivindica conhecimento especializado sobre os nomes secundários deve, acima de tudo, ser capaz de demonstrar a correção dos nomes primários de maneira clara. Caso contrário, como afirma Sócrates, o que essa pessoa diz sobre os nomes secundários é apenas 'palavreado vazio'.

§9. Primeiramente, Sócrates fornece uma análise do nome secundário para o movimento, "κίνησις". Ele decompõe esse nome em dois elementos: "κίειν" e "ἔσις", onde "κίειν" é uma forma épica não ática de "κίεισις" ou "κίεσις", que se originam de "ἴημι", significando "enviar" ou "colocar em movimento". A adição do "ν" em "κίνησις" é vista como um passo um tanto arbitrário, mas está de acordo com a prática das etimologias.

Sócrates argumenta que o P era preferido pelos legisladores porque, ao observar a língua enquanto falavam, percebiam que a língua vibrava mais intensamente quando pronunciavam esse som.

A importância dessa abordagem está no fato de que ela enfatiza a *mimese* da movimentação por meio do próprio movimento, em oposição à *mimese* de

propriedades sonoras ou outras propriedades acidentais. No entanto, a análise também reconhece que a *mimese* pode ocorrer através do modo de articulação dos sons, que expressa a cinemática das coisas que estão sendo imitadas. Isso está de acordo com a ideia central do Sócrates platônico de que os primeiros nomes são uma imitação da natureza essencial das coisas, não de propriedades acidentais ou superficiais.

IV. Considerações finais

§10. Analisamos a natureza da correção natural dos nomes, que fundamenta-se na hipótese que emerge após a refutação da tese de Hermógenes. Essa hipótese sugere que os nomes não são meros sons ou combinações fonéticas, mas sim veículos que transportam consigo significados essenciais. O termo grego σημαίνω assume um papel central na discussão, indicando que o nome transcende a mera articulação fonética, incorporando também seu significado. Dessa forma, o nome se revela como um instrumento composto que harmoniza tanto o som quanto o significado.

O fio da argumentação aborda a abstração da essência presente nos nomes, ilustrando que, embora dois monarcas possam se distinguir individualmente, a essência do "ser-rei" permanece inalterada. Tal ponto é exemplificado através das palavras "ἄναξ" e "ἔκτωρ," ambas convergindo para uma noção de realeza. Isso ressalta que a capacidade de significar (σημαίνω) não se preocupa com peculiaridades individuais, mas sim com a essência.

Sócrates propõe que o verdadeiro poder do nome reside em sua *potência* para apontar a essência daquilo que representa, não se limitando à expressão sensível. Ele recorre à analogia dos médicos, os quais não se concentram nas características visíveis dos remédios, mas sim em seu potencial curativo. Isso sublinha que a *potência* de um nome não está totalmente encerrada em seu aspecto *físico-fonético*.

Há também a investigação acerca da relação entre o nome e o objeto nomeado, onde Sócrates sugere que o nome constitui uma "imitação vocal" do objeto. Este momento do argumento propõe que os elementos fonéticos de um nome (letras e sílabas) detêm características que ecoam aquelas da coisa que eles representam. Essa *semelhança* possibilita que eles imitem as coisas de maneira

precisa, tornando-as discerníveis para a mente. Nesse contexto, a questão fundamental se põe: como o aspecto sensível do nome pode, de forma adequada, representar aquilo que se propõe a nomear?

Em síntese, tal questão nos conduz a investigação sobre a natureza dos nomes, sua capacidade de conter significados e sua conexão com os objetos que denotam, sustentando que a verdadeira força dos nomes reside na habilidade de representar essências, e não apenas suas características acidentais.

A *μίμησις*, é posta como um ato baseado na relação entre modelo e cópia, cujo objetivo é representar a verdadeira natureza daquilo que está sendo imitado, ainda que essa representação sempre permaneça em um plano ontológico e epistemológico inferior. Toda imitação resulta em uma imagem, que é uma derivação do modelo original. Isso é exemplificado de modo claro ao se considerar uma pintura de uma cadeira (imagem) que existe devido à presença da cadeira real (modelo). No entanto, uma distinção crucial deve ser estabelecida entre "Imagem" (εἰκόν) e "Semelhança" (ομοιότητα). A imagem possui uma relação causal direta com sua origem, enquanto a semelhança destaca características compartilhadas, sem uma ligação causal direta. Embora toda imagem implique a existência de semelhança, nem toda semelhança resulta em uma imagem. Essa distinção é de suma importância quando se contempla o nome como uma modalidade de imitação.

O foco da discussão, então, recai sobre a segunda exigência inerente ao ato de nomear: a representação. Sócrates levanta a indagação sobre a possibilidade de imitar as coisas por meio de letras e sílabas, ou seja, se os nomes têm a capacidade de representar a essência intrínseca de cada objeto. Esse questionamento desencadeia a reflexão de que a imitação por meio dos nomes não está vinculada à reprodução de aspectos acidentais das coisas, como ocorre na música ou na pintura, mas sim à emulação de sua essência. Logo, os nomes devem ser compreendidos como veículos que revelam o cerne das coisas, não se limitando às suas características superficiais, como cor ou som.

Sócrates argumenta que a imitação por meio dos nomes se apoia na emulação da essência das coisas, não na imitação de suas particularidades acidentais, como fazem a música ou a pintura. Isso implica que os nomes devem desvelar o que as coisas são em sua natureza intrínseca. A investigação explora a ideia de que as letras e sílabas, como blocos de construção primários da linguagem, abrigam propriedades inerentes que são capazes de representar a essência das

coisas. Tal conceito implica que a tarefa de nomear requer a compreensão das propriedades naturais das letras e sílabas, assim como sua aptidão para representar a essência das coisas. É destacada, também, a distinção entre a essência de um objeto e suas propriedades acessórias, enfatizando que a imitação onomástica tem por finalidade revelar a verdadeira natureza das coisas, em oposição aos seus aspectos superficiais.

Por fim, Sócrates retorna à questão dos nomes primários não etimológicos, tais como *ίόν*, *ῥέον* e *δοῦν*, e indaga se o nomeador pode capturar a essência das coisas por meio das letras e sílabas, a fim de imitá-las em sua essência. Tal questionamento suscita uma ponderação sobre como a estrutura da linguagem pode espelhar a estrutura do mundo real, insinuando que a análise dos nomes pode conduzir ao conhecimento das coisas nomeadas.

A investigação tomará outro curso com a mudança de interlocutor. O que levará Sócrates a uma reavaliação da tese da nomeação por meio da imitação.

CAPÍTULO TERCEIRO

A crise da *μίμησις*

I. Os movimentos de crise da *μίμησις*

1§ Se a tese da nomeação por imitação foi assumida em oposição a tese de uma nomeação por convenção, agora ela mesma será posta em questão no curso da investigação, a que pretendemos expor no presente capítulo.

Seguimos A. Soulez, quando diz que a revisão da presente hipótese mostrará que “Todo o interesse da discussão com Crátilo está em: demonstrar que uma concepção icônica da significação sacrifica esse 'órgão' de comunicação que é o *logos*.” (SOULEZ, 1991, p. 82)⁶³. Essa parte do diálogo⁶⁴ entre Sócrates e Crátilo nos mostrará a rejeição de uma nomeação natural que tem a *mimesis* como estofó teórico para explicar a natureza da indicação do nome.

As primeiras palavras de Crátilo desde o seu consentimento em envolver-se na conversa com Sócrates (*Crat.* 383a) são cautelosas e prudentes:

E o que te parece, Hermógenes? Parece-te fácil assim tão rapidamente aprender e ensinar qualquer coisa, quanto mais algo tão grandioso, que sem dúvida parece o maior entre as maiores coisas?

Τί δέ, ὦ Ἑρμόγενης; δοκεῖ σοι ῥάδιον εἶναι οὕτω ταχὺ μαθεῖν τε καὶ διδάξαι ὅτιοῦν πρᾶγμα, μὴ ὅτι τοσοῦτον, ὃ δὴ δοκεῖ ἐν τοῖς [μεγίστοις] μέγιστον εἶναι; (*Cra.* 427e)

Hermógenes se retrai um pouco e suaviza seu pedido: "Ajude-nos, pois, nos assuntos difíceis, como diz Hesíodo (*Op.* 359 e sqq.), qualquer ajuda, por menor que seja, é útil". Sócrates apoia as palavras de Hermógenes (que não fala mais depois disso) e acrescenta até mesmo o elogio de que não ficaria surpreso se Crátilo pudesse apresentar algo melhor do que o que eles (Sócrates e Hermógenes) haviam elaborado juntos. No drama, o elogio não parece passar despercebido por Crátilo, pois ele confessa não ser totalmente leigo no assunto (*Crat.* 428b).

Crátilo destaca o caráter oracular das etimologias, como já observado por Hermógenes (*Crat.* 396d), e a inspiração admitida por Sócrates através de Eutífron (*Crat.* 399a), o que aparentemente deveria reforçar seu nível de concordância com Sócrates em vez de críticas. No entanto, para Sócrates, esse indício de "sabedoria"

⁶³Esse trecho do argumento nos lembra a fala de Wilamowitz, ao dizer que o *Crátilo* “foi escrito para curar a si mesmo e seus alunos da ilusão de que o significado de uma palavra pode ser encontrado nas letras ou no som da palavra; ele considera esse caminho intransponível [...]” U. WILAMOWITZ-MOELLENDORFF. *Platon*. Berlim, 1920. p. 289

⁶⁴*Cra.* 427c sqq.

é mais motivo de suspeita e extrema cautela, e até de desconfiança (ἀπιστῶ, *Crat.* 428d). Enquanto ele já havia enfatizado no início da seção sobre as etimologias (*Crat.* 396e e sqq.) que, após o uso da "sabedoria", poderia ser necessária uma purificação com o envolvimento de um sacerdote ou sofista competente, agora ele adverte sobre o perigo de ilusão por parte de uma instância que está sempre presente, ou seja, o próprio eu.

Parece-me, pois, que é necessário rever o que estou dizendo. Pois enganar-se por si mesmo é de todas as coisas a mais difícil; pois quando aquele que engana não se afasta sequer um pouco, mas está sempre presente, como não seria terrível? É preciso, conforme parece, voltar-se frequentemente para as coisas ditas antes, e tentar, aquilo do poeta, olhar "ao mesmo tempo adiante e atrás"

δοκεῖ οὖν μοι χρῆναι ἔπανα σκέψασθαι τί καὶ λέγω. τὸ γὰρ ἐξαπατᾶσθαι αὐτὸν ὑφ' αὐτοῦ πάντων χαλεπώτατον· ὅταν γὰρ μηδὲ μικρὸν ἀποστατῆ ἄλλ' αἰεὶ παρῆ ὁ ἐξαπατήσων, πῶς οὐ δεινόν; δεῖ δὴ, ὡς ἔοικε, θαμὰ μεταστρέφεσθαι ἐπὶ τὰ προειρημένα, καὶ πειρᾶσθαι, τὸ ἐκείνου τοῦ ποιητοῦ, βλέπειν "ἅμα πρόσσω καὶ ὀπίσσω." (*Crat.* 428d)

Portanto, trata-se de agir com extrema cautela e examinar minuciosamente o que foi feito até agora, algo que Agamemon, segundo as palavras de Aquiles, como comandante do exército, deveria fazer, mas não é capaz, ou seja, olhar ao mesmo tempo para frente e para trás (*Il.* 1. 343; 3. 109). A fala de Sócrates sugere que podemos esperar uma avaliação crítica do que foi feito até o momento, olhando para os passos dados no curso da investigação sem perder de vista o que se busca.

2§ Se põe como questão, no curso da "avaliação crítica", a possibilidade de existirem nomes melhores e piores.

E agora, vejamos o que nos foi dito. Da correção do nome, dizemos, é esta, a qual mostrará de que tipo é a coisa. Diremos que isto foi dito suficientemente?

καὶ δὴ καὶ νυνὶ ἡμεῖς ἴδωμεν τί ἡμῖν εἴρηται. ὀνόματος, φαμέν, ὀρθότης ἐστὶν αὕτη, ἣτις ἐνδείξεται οἷόν ἐστι τὸ πρᾶγμα· τοῦτο φῶμεν ἰκανῶς εἰρησθαι; (428e)

Sócrates retoma a definição central de "correção" (ὀρθότης) que ele havia dado ao iniciar a discussão sobre os "nomes primordiais" (πρῶτα ὀνόματα, *Crat.* 422d). Ao dizer que a correção dos nomes consiste em mostrar a natureza de uma coisa (ἣτις ἐνδείξεται οἷόν ἐστι τὸ πρᾶγμα, *Crat.* 428e), por meio do ensino (*Crat.* 428e5) - uma das funções do nome, determinada anteriormente (*Crat.* 388a-c), "ensinar" (διδάσκειν) e "distinguir" (διακρίνειν) -, percebemos que Sócrates parece abandonar a distinção anterior, ao escolher somente o ensino como maneira de indicar a natureza da coisa (Διδασκαλίας ἄρα ἕνεκα τὰ ὀνόματα λέγεται; 428e5), mas,

também nos parece que o ensino não parece consistir em um argumento favorável a correção natural dos nomes, como em *Crat.* 388a-c, mas em uma consequência da correção natural dos nomes, na concepção do Sócrates platônico⁶⁵.

A ideia central que orienta o curso do argumento de Sócrates que se segue é que em todas as artes existem diferentes níveis de competência e qualidade (*Crat.* 429a). Para artes como a pintura ou construção, nem mesmo Crátilo negaria isso. No caso da legislação dos nomes, no entanto, Crátilo encontra forte resistência. Em sua opinião, não existem diferenças de qualidade entre os legisladores (*Crat.* 429b). E isso se aplica ao ponto central da correção, para Crátilo, que todos os nomes são corretamente estabelecidos (πάντα τὰ ὀνόματα ὀρθῶς κεῖται;, *Crat.* 429b).

No caso das pinturas e dos nomes, podemos, analogamente, atribuir ambos os modos de imitação às coisas das quais são imagens. Dizemos que a pintura de Pedro aponta à ele. Isso em virtude de suas características imitadas na pintura, isto é, a cor de sua pele, sua estatura, seu olhar etc. Bem como quando perguntarmos: “Pedro? É esse o nome dele?”. Buscamos representar ao espírito aquilo que conhecemos de Pedro mediante o nome. Quando representamos corretamente as coisas, na medida da possibilidade permitida pela imitação, fazemos atribuições corretas. Essas são as espécies de atribuições, dirá Sócrates, “tanto a das imagens como a das palavras, [...] que eu considero certa, e a das palavras, além de certa, verdadeira”.⁶⁶ E qual a razão de sua correta atribuição senão a indicação, seja de imitação ou nomeação, a coisa a que se pretende ser imagem?

Mas, e no caso de uma atribuição que não indique a coisa? Um pintor que ao buscar imitar, mediante cores e traços, uma casa vermelha, errando os traços e as cores, faria uma correta designação da coisa? Não! Ao passo que chamar *Pedro* de *João* não é também uma indicação correta. Seguindo a rigor a hipótese da nomeação assumida por Crátilo, também não poderíamos chamar um covarde de *Andrea*, nem um homem de pele e cabelos claros de *Bruno*, já que a designação natural desses nomes não indicam, por natureza, as coisas representadas. E se a possibilidade de fazermos tais indicações é *por natureza* “vamos denominar um

⁶⁵Sobre essa passagem, *Crat.* 428e, não chegamos a uma conclusão satisfatória. Não me parece suficientemente clara a razão de Sócrates abandonar a distinção anterior das funções do nome em *Crat.* 388a-c, senão como recurso para demonstrar a possibilidade de nomes falsos na tese de Crátilo. F. Ademollo tece um pequeno comentário (Ibid. p. 321) que não é suficientemente forte, em nossa percepção, na medida em que não demonstra a razão de Sócrates abandonar a distinção feita anteriormente e em que, precisamente, consiste a mudança argumentativa de Sócrates.

⁶⁶ *Crat.* 430 d-e

deles falar a verdade, e o outro, dizer inverdade”⁶⁷. A ausência da correta indicação é a falsidade. Não porque, necessariamente, indica outra coisa, mas, porque não aponta a coisa à qual se pretende indicar.

Sócrates retoma, então, o início da conversa (*Crat.* 383b sqq.), quando Crátilo se recusou a concordar que o nome de Hermógenes fosse "Hermógenes". Como Hermógenes não é descendente de Hermes (ou não tem as qualidades comerciais de um filho de Hermes), "Hermógenes", que significa "nascido de Hermes", não é o seu nome correto. Portanto, não é o nome dele, ou, como Crátilo coloca, ele parece ser chamado assim, mas na verdade é o nome daquele que realmente pertence à gênese de Hermes (εἶναι δὲ ἑτέρου τοῦτο τὸ ὄνομα, οὐπὲρ καὶ ἡ φύσις [ἢ τὸ ὄνομα δηλοῦσα], *Crat.* 429b-c). O que leva Sócrates a questionar se não se estaria dizendo algo falso ao afirmar que ele (Hermogenes, que não é descendente de Hermes) é Hermogenes, pois, não deveríamos temer que seja impossível afirmar que ele é Hermogenes, se ele não o é?

Como se tivesse tido uma deixa, Crátilo imediatamente apresenta um argumento em favor da impossibilidade de dizer algo falso.

Como, ó Sócrates, ao dizer algo, alguém não diria o que é? Ou não é isto dizer o falso, não dizer o que é?

Πῶς γὰρ ἄν, ὦ Σώκρατες, λέγων γέ τις τοῦτο ὃ λέγει, μὴ τὸ ὄν λέγοι; ἢ οὐ τοῦτό ἐστιν τὸ ψευδῆ λέγειν, τὸ μὴ τὰ ὄντα λέγειν; (*Crat.* 429d)

Na presente passagem (λέγων γέ τις τοῦτο ὃ λέγει [...] τὸ ὄν λεγοι), τὸ ὄν é entendido no sentido de 'algo que existe' e relacionado à existência do conteúdo da fala; o que não nos pode fazer esquecer esse duplo registro, de algo que é por si mesmo (*Crat.* 386d-e) e algo que é enquanto conteúdo da fala (*Crat.* 393b-d), ou seja, τὸ ὄν, nesta passagem, é entendido a luz das exigências anteriores do ato de nomeação, a saber, a indicação da coisa nomeada e a representação da coisa nomeada. Em μὴ τὰ ὄντα λέγειν como em ψευδῆ λέγειν, τὰ ὄντα é interpretado como *verdadeiro* no sentido de "o que é verdadeiro", ou seja, μὴ τὰ ὄντα como "o que não é verdadeiro". Portanto, visto dessa maneira, não há contradição, como tenta impor Crátilo por sua argumentação. Trata-se da mesma equivocação de εἶναι como "existir" e "ser verdadeiro", que, segundo Proclo (xxxvii, 12.18–23), foi usada por Antístenes em seu argumento para sustentar a impossibilidade da contradição.⁶⁸

⁶⁷ *Crat.* 431 a

⁶⁸ πᾶς γὰρ ... λόγος ἀληθεύει. ὁ γὰρ λέγων τί λέγει, ὁ δὲ τι λέγων τὸ ὄν λέγει, ὁ δὲ τὸ ὄν λέγων ἀληθεύει.

Eutidemo no diálogo homônimo, em 283e–284a, usa um argumento similar para mostrar a impossibilidade de afirmações falsas, pois quando alguém fala, ele diz a coisa sobre a qual fala, e quando ele a diz, ele não diz algo diferente do que diz. Portanto, quando ele diz isso, ele diz o que é, e quando ele diz isso e o que é, ele diz a verdade.

Aquele que diz o ente fala, ... e aquele que diz o ente também fala os entes verdadeiros.

... ὁ ἐκεῖνο λέγων τὸ ὄν λέγει, ... ὃ γε τὸ ὄν λέγων καὶ τὰ ὄντα τάληθῆ λέγει (284a.)

O argumento de Eutidemo sugere uma relação intrínseca entre o ato de enunciar, falar ou dizer algo (λέγειν) e aquilo que é ou existe (expresso pelo termo ὄν). A primeira parte do texto estabelece a relação (ὁ ἐκεῖνο λέγων τὸ ὄν λέγει). Ou seja, o ato mesmo de dizer, referir-se ou discursar sobre o ente, implica um reconhecimento sobre o que é. A segunda parte, indica a implicação da afirmação, pois se todo o ato de fala é um ato que implica uma indicação sobre o ente, aquele que fala, também, diz verdades sobre o ente. Parece-nos que o ponto central, no argumento de Eutidemo, e também de Crátilo, é uma concepção de que a capacidade humana de fazer enunciados não é desconectada da *estrutura* do que é - ao contrário: dizer, é dizer o que é.

O argumento parece razoável, aliás, não estaria no curso de uma investigação se não tivesse sentido. Acontece que dado o seu grau de generalização, pois ‘todos os nomes foram estabelecidos com correção’ (Πάντα ἄρα τὰ ὀνόματα ὀρθῶς κεῖται; *Crat.* 429b), Sócrates, no movimento de crítica a hipótese sustentada até então (de que o nome seria uma imagem da coisa), precisará mostrar que existe a possibilidade de falar falsamente, o que descolará a continuidade ‘estrutural’ entre *dizer* e *ente* pressuposta no argumento de Crátilo.

Depois de admitir sua perplexidade diante da paradoxal determinação de "dizer algo falso" como "não dizer o que é" (μὴ τὰ ὄντα λέγειν 429d.), Sócrates tenta contornar o problema. Sócrates constrói um exemplo (ὧ̃ ξένε Ἀθηναῖε, ὑ̃ε̃ Σμικρίονος Ἑρμόγενες, 429e), que é claramente reconhecido como um ato de fala de saudação. A saudação "Amigo de Atenas, filho de Smicron" se aplica claramente a Crátilo, já que o pai de Hermogenes não é conhecido como Smicron, mas como Hipônimo (cf.

Pois todo discurso é verdadeiro, pois quem fala, diz algo; quem diz algo, diz algo que é, e quem diz algo que é, fala a verdade

383a). Portanto, se a saudação falhar, aparentemente é porque o vocativo Ἐρμόγενης afirma algo que não está correto.

3§ Para tentar chegar a um entendimento na complexa situação, Sócrates parte da distinção fundamental entre um nome e aquilo que é nomeado, caracterizando a relação entre ambos usando o conceito de imitação desenvolvido para os nomes primários. Um nome é uma imitação da coisa nomeada (*Crat.* 430a), da mesma forma que uma pintura é uma imitação da coisa representada. No caso das pinturas, a possibilidade de associação não é um problema, pois a imagem pode ser colocada junto a coisa representada. No entanto, não está claro que tipo de imitação está sendo referida. São fornecidos os seguintes exemplos (em *Crat.* 430c):

Porventura alguém atribuiria a imagem de um homem a um homem, e a imagem de uma mulher a uma mulher, e as outras coisas assim?

ἄρ' ἂν τις τὴν μὲν τοῦ ἀνδρὸς εἰκόνα τῷ ἀνδρὶ ἀποδοίη, τὴν δὲ τῆς γυναικὸς τῇ γυναικί, καὶ τᾶλλα οὕτως;

Então, pelo contrário, a imagem de um homem a uma mulher, e a imagem de uma mulher a um homem?

Οὐκοῦν καὶ τοῦναντίον τὴν μὲν τοῦ ἀνδρὸς τῇ γυναικί, τὴν δὲ τῆς γυναικὸς τῷ ἀνδρὶ; (*Crat.*430c)⁶⁹

A primeira atribuição (διανομή) é correta (*Crat.*, 430c), uma vez que é apropriada e ocorre com base na semelhança, enquanto a segunda não é. Portanto, não se trata da atribuição de retratos, ao que nos parece, pois a atribuição correta neste exemplo parece ter como critério apenas a semelhança do sexo. Portanto, corretos são todos os pares de um homem e uma representação de homem, ou de uma mulher e uma representação de mulher. No caso dos nomes e dos portadores de nomes, deve ser análogo. No entanto, também deve valer que uma atribuição de nomes semelhantes aos portadores de nomes seja não apenas correta, mas também verdadeira (*Crat.*, 430d), quando semelhantes, enquanto uma atribuição dissemelhante será incorreta devido à falta de semelhança, e, portanto, falsa. De acordo com sua posição anterior, Crátilo aceita a formação de pares não corretos (*Crat.*, 430e) apenas no caso de imagens, não no caso de pares de nomes e portadores de nomes. Estes últimos devem sempre ser corretos. Portanto, o modelo de atribuição não muda, e pode-se presumir que, para Crátilo, não existe uma atribuição falsa de nomes, assim como uma atribuição não correta, mesmo que a

⁶⁹Nossa opção por traduzir um artigo definido por indefinido tem por base a interpretação de Sócrates do próprio exemplo em 430e-431a. Para uma indicação do problema ver F. Ademollo (2011), p. 340.

relação entre correta como conceito normativo em relação a verdadeiro possa ser uma questão a ser esclarecida.

No modelo de atribuição (*Crat.* 430e), surge uma estrutura dicotômica elementar: a pessoa, o alvo da atribuição, é indicada como um sujeito, enquanto os nomes – ὀνόματα – ἀνὴρ e γυνή – funcionam como predicados. A diferença entre a visão de Crátilo sobre a problemática original de "Hermogenes" e o modelo de atribuição (διανομή) de Sócrates parece ser, à primeira vista, que a palavra "Hermogenes" é inadequada para Crátilo, pois não tem nenhum conteúdo descritivo identificável com o sujeito, na estrutura da atribuição. No entanto, a função de referência e a descrição são separadas. O referente, aquele a quem algo é atribuído de acordo com a διανομή, é sempre dado de forma não linguística, é um ente, enquanto o conteúdo descritivo do respectivo ὄνομα, "a imagem atribuída", não serve para identificar o referente, mas sim para caracterizá-lo e, portanto, pode ser incorreto ou falso se não for "apropriado" ou "semelhante" (*Crat.*, 430c). Porém, a questão é como se poderia formar uma atribuição διανομή falsa com o nome "Hermógenes".

A questão que precisa ser esclarecida é por que a atribuição de nomes pode não apenas ser correta, mas também verdadeira, enquanto a atribuição de imagens ou pinturas não linguísticas é apenas correta. Sócrates está, nitidamente apresentando dois pontos distintos. O primeiro deles é que a atribuição de nomes às coisas pode ser correta ou incorreta, tal como a atribuição de uma imagem ou pintura o pode ser - uma vez admitido que ambos são imitações. O segundo é que, no caso dos nomes, a atribuição, além de correta pode ser chamada verdadeira ou falsa.

Um nome pode ser atribuído a um objeto de forma correta ou de forma incorreta. De forma correta se for atribuído a objeto para o qual ele foi instituído, de forma incorreta se ocorrer o contrário. Deyner afirma que, em qualquer caso o nome permanece um nome correto, mesmo que seja atribuído a algo diferente. E neste sentido, Sócrates parece defender duas coisas: (i) a possibilidade de atribuir nomes de maneira incorreta, ainda que o nome "em si mesmo" seja correto - ao contrário de Crátilo que não enxerga abertura para essa possibilidade (*Crat.*, 429d-430a); (ii) objetar a Crátilo a impossibilidade de falar falsamente, uma vez que seria possível atribuir um nome à alguém de maneira incorreta.

Alguns intérpretes⁷⁰ explicam a capacidade de verdade da *διανομή* onomástica pelo fato de que, indiretamente, ela possui estruturas de sentenças (Williams 1982, p. 88), ou pelo fato de que nomes são unidades linguísticas e que verdade e falsidade se referem à relação entre a linguagem e o mundo e não à relação entre imagens e as coisas representadas (Ademollo, 2011, p. 346), certamente não está errada, mas precisa ser complementada, em nossa percepção, pelo fato de que a atribuição onomástica, ao contrário da representação por imagens, expressa a relação com a realidade de várias maneiras, isto é, não mediante uma mera atribuição, mas mediante afirmação, negação etc.

O ponto de partida desta seção atual foi a questão de se os nomes, como produtos de uma *τέχνη* possuem uma gradação do bem instituído ao mal instituído, tal como ocorre com a pintura. Para Crátilo, é característico dos nomes e das leis que eles não podem ser mais ou menos bons, o que significa que, em relação à correção dos nomes, eles são ou sempre corretos ou não são nomes de forma alguma. Portanto, não existem nomes incorretos. O problema das expressões sem referência, como "Hermogenes" no início do diálogo, leva à questão de saber se é possível dizer algo falso, como afirmações do tipo "este é Hermogenes". O argumento da *διανομή* tenta mostrar que existe falsidade, pelo menos no sentido de atribuições incorretas de nomes a objetos independentemente dados. A correção e a verdade da atribuição baseiam-se na semelhança e adequação dos nomes atribuídos como representações dos objetos.

Sócrates adota do argumento da *διανομή* e o compara com os nomes, mais especificamente os *πρῶτα ὀνόματα*, com pinturas (*Crat.* 431c). No caso destas últimas, como ele explica, está claro que sua qualidade depende de se representar as cores e formas do objeto reproduzido de maneira tão completa e apropriada quanto possível. Se algo for omitido ou adicionado, ainda assim uma imagem é criada, porém, uma imagem ruim. O mesmo deve ocorrer no caso das representações das coisas por meio de letras e sílabas. Se o objeto for representado completamente e de maneira apropriada com sons ou letras, uma bela representação é criada, mas se algo for omitido ou adicionado, embora uma representação seja criada, ela não será bela. Portanto, ao contrário da posição de Crátilo, existem nomes bem feitos e mal feitos, e, conseqüentemente, há também bons e maus legisladores.

⁷⁰ Me refiro aqui a Williams (1982), Sedley (2003) e Ademollo (2007).

4§ Crátilo, com sua tenacidade, argumenta que a comparação entre pinturas e nomes não é totalmente precisa. No caso da composição de nomes, a omissão, adição ou troca de letras ou sons não resulta em uma representação melhor ou pior da mesma coisa, como no caso da pintura, mas possivelmente em um nome completamente diferente (*Crat.* 432a).

Mas vêς, Sócrates, quando atribuímos estes caracteres - o alfa e o beta e cada um dos elementos - aos nomes segundo a arte da gramática, se suprimirmos ou acrescentarmos ou transpusermos alguma coisa, o nome não está escrito corretamente para nós, contudo não está de modo algum escrito, mas imediatamente é outro se sofrer alguma destas coisas.

ἀλλ' ὀρθῶς, ὡς Σώκρατες, ὅταν ταῦτα τὰ γράμματα, τό τε ἄλφα καί τὸ βῆτα καὶ ἕκαστον τῶν στοιχείων, τοῖς ὀνόμασιν ἀποδιδώμεν τῇ γραμματικῇ τέχνῃ, ἐάν τι ἀφέλωμεν ἢ προσθῶμεν ἢ μεταθῶμεν τι, <οὐ> γέγραπται μὲν ἡμῖν τὸ ὄνομα, οὐ μέντοι ὀρθῶς, ἀλλὰ τὸ παράπαν οὐδὲ γέγραπται, ἀλλ' εὐθύς ἕτερόν ἐστιν ἐάν τι τοῦτων πάθῃ. (*Cra.* 432a)

A resposta de Sócrates, a posição de Crátilo frente ao problema, parece à primeira vista, não ser totalmente justa à objeção de Crátilo⁷¹. Sócrates argumenta que a objeção de Crátilo seria válida se se tratasse de algo que se comportasse como os números. No caso de números, a completude das unidades é importante - uma unidade a mais ou a menos resulta imediatamente em outro número. No entanto, com coisas de uma natureza específica e, de fato, com qualquer representação, deve-se pressupor outro tipo de precisão na representação. Segundo Sócrates, Crátilo não percebe que há uma diferença fundamental entre a representação da quantidade e da qualidade. Na última, assim como nas imagens, sempre haverá imperfeição (*Crat.* 432a-c)⁷².

No entanto, parece que Crátilo está preocupado com a estrutura segmentar inerente ao meio de representação, isto é, a concatenação dos στοιχεῖα nos nomes, e não a capacidade do nome de *significar*. Sócrates poderia contra-argumentar que o poder de representação dos sons não se baseava no fato de eles imitarem como segmentos, mas sim em sua capacidade de realizar isso devido ao *mimetismo*

⁷¹Crátilo parece estar certo sobre um aspecto. Por exemplo, se ao escrever o nome 'Cléo', troque uma letra e, escreva o nome 'Cléa', ao substituir a letra 'O' pela letra 'A' escrevo um outro nome. Por outro lado, como chama atenção Ademollo (2011, p. 356-357), é diferente escrever 'Cléa' tendo a intenção de escrever 'Cléo', i. é. ainda que haja um erro na articulação dos elementos que compõem o nome, isso não parece gerar, como pensa Crátilo, um outro nome. R. Barney (2001, p. 116) corrobora com nossa interpretação ao dizer sobre a tese de Crátilo que 'nomes que diferem mesmo por uma letra devem ser considerados nomes diferentes, uma vez que, afinal, estão corretamente adaptados para distinguir objetos que diferem exatamente dessa maneira.'

⁷²A este respeito é importante ressaltar algo sobre a tarefa do artesão que Sedley (2003, p.45) pontua com agudeza, em nossa percepção, pois, a tarefa do artesão, tal como argumentou Sócrates em *Crat.* 389a-390a, é "imprimir" na matéria a Forma do artefato em construção. E essa tarefa é necessariamente imperfeita por parte de qualquer artesão.

envolvido em sua produção (ver no capítulo anterior a passagem sobre *Crat.* 426d). Em qualquer caso, a suposição de Crátilo de que o poder de representação dos nomes está limitado à correspondência com o referente ou a sua falta, ou à correspondência com outro referente, é por si só questionável (*Crat.* 432a), o que excluiria diferenças na qualidade da representação desde o início. Pois essa posição de tudo ou nada implica que não há gradação entre a representação e o representado. Para defender a *διανομή* contra a tese de Crátilo, Sócrates a partir do exemplo dos “dois Crátilos” busca mostrar que os nomes são defeituosos.

Porventura haveria duas coisas tais, como Cratilo e imagem de Cratilo, se algum dos deuses não apenas imitasse a tua cor e forma, como fazem os pintores, mas também produzisse todas as coisas internas tais quais as tuas, e desse as mesmas maciezas e temperaturas, e movimento, e alma, e inteligência, tais quais as presentes em ti, as inserisse nelas, e num sentido todas as coisas que tu tens, produzisse outras tais próximas a ti? Então seria isso Cratilo e imagem de Cratilo, ou dois Crátilos?

ἄρ' ἂν δύο πράγματα εἴη τοιάδε, οἷον Κρατύλος καὶ Κρατύλου εἰκῶν, εἴ τις θεῶν μὴ μόνον τὸ σὸν χρῶμα καὶ σχῆμα ἀπεικάσειεν ὥσπερ οἱ ζωγράφοι, ἀλλὰ καὶ τὰ ἐντὸς πάντα τοιαῦτα ποιήσειεν οἷαπερ τὰ σά, καὶ μαλακότητος καὶ θερμότητος τὰς αὐτὰς ἀποδοίη, καὶ κίνησιν καὶ ψυχὴν καὶ φρόνησιν οἷαπερ ἡ παρὰ σοὶ ἐνθείη αὐτοῖς, καὶ ἐνὶ λόγῳ πάντα ἄπερ σὺ ἔχεις, τοιαῦτα ἕτερα καταστήσειεν πλησίον σου; πότερον Κρατύλος ἂν καὶ εἰκῶν Κρατύλου τότ' εἴη τὸ τοιοῦτον, ἢ δύο Κρατύλοι; (*Crat.* 432b-c)

Suponhamos que Crátilo e uma duplicata de Crátilo, feita até mesmo por um deus, de carne e osso, com todas as suas características psicológicas e mentais, sejam dados, de modo que não haja diferenças discerníveis⁷³. Então, como Crátilo admite, teríamos dois Crátilos e não Crátilo e uma imagem de Crátilo. Portanto, uma reprodução completa e sem falhas do original é incompatível com o conceito de *εἰκῶν*. Pelo contrário, é necessária uma divergência em relação ao original para que possamos falar de uma "representação", uma imagem. Caso contrário, o original e a réplica se confundiriam. Uma concordância completa levaria a uma duplicação do mundo em vez de uma relação de representação. No caso dos ὀνόματα, o espaço para divergência varia de "bem colocado" à falta de letras adequadas (*Crat.* 432e).

⁷³O argumento de Sócrates carrega o germe daquilo que na tradição metafísica moderna será chamado de *identitas indiscernibilium*, i.é., um princípio metafísico que afirma a impossibilidade de coexistência de dois entes totalmente idênticos. Nesse caso, de um nome ou imagem que imitem perfeitamente a coisa, temos por consequência a derrocada da própria tese de Crátilo, pois o nome já não seria mais um nome.

II. O τύπος⁷⁴ e a terceira exigência do ato de nomeação: a significação

Mas, se é um nome, também pode acontecer de uma fala não corresponder adequadamente às próprias coisas, e nem por isso a coisa deixaria de ser nomeada e mencionada da mesma forma, enquanto preservar o traço distintivo daquilo sobre o que versa o discurso, tal como ocorre com os nomes das letras, se te recordas do que eu e Hermógenes discutíamos há pouco.

εἰ δὲ ὄνομα, καὶ λόγον ἐν λόγῳ μὴ προσήκοντα τοῖς πράγμασιν ἐπιφέρεισθαι, καὶ μηδὲν ἦτιον ὀνομάζεσθαι τὸ πρᾶγμα καὶ λέγεσθαι, ἕως ἄν ὁ τύπος ἐνῆ τοῦ πράγματος περὶ οὗ ἄν ὁ λόγος ἦ, ὥσπερ ἐν τοῖς τῶν στοιχείων ὀνόμασιν, εἰ μέμνησαι ἃ νυνδὴ ἐγὼ καὶ Ἑρμογένης ἐλέγομεν.

5§ Para que algo seja nomeado e expresso por meio de um nome, é suficiente que o τύπος, que é o *traço distintivo* ou o contorno geral da coisa em questão, seja expresso, e não a imagem exata⁷⁵. Portanto, existe uma diferença entre uma representação adequada e inadequada no domínio dos nomes, sem que, no último caso, a função dos nomes, nomear e indicar, seja perdida. Em resumo, Sócrates adverte sobre a inconsistência de uma posição que, por um lado, baseia a correção de um nome na representação de uma coisa por meio de sílabas e letras, e, por outro lado, assume que a omissão ou adição de uma letra priva o nome de sua função. Pelo contrário, como pode ser deduzido do argumento dos Dois Crátilos, toda representação está inevitavelmente ligada a uma margem de desvio⁷⁶.

Dessa forma, é possível que o domínio da significação abranja o verdadeiro e o falso, ou seja, as coisas podem ser nomeadas, ὀνομάζεσθαι, e ditas, λέγεσθαι, mesmo que nem tudo como representação seja apropriado, mas em parte seja inadequado, e, portanto, incorreto, de acordo com essa interpretação (*Crat.* 433a). Podemos tomar um exemplo corriqueiro para compreender a abrangência que o *traço distintivo* concede à nomeação: quando enunciamos um nome, *Hermócrates*,

⁷⁴Essa expressão, em nossa percepção, é de difícil tradução. Celso Vieira (2014) traduz por “impressão da coisa”, Schleiermacher (1857) traduziu por “die Grundzüge”, Maria Figueiredo (2001) traduz por “signo”, F. Ast (1838) traduziu por “Gepräege”, L. Méridier (1931) traduziu por “caractère distinctif”. Dentre essas opções, evidentemente há outras, pensamos que a opção de Schleiermacher se apresenta como a que melhor corresponde ao texto de Platão. A opção de Méridier também nos parece boa, ainda que, por razões linguísticas, o francês, tal como o português, não consiga verter numa única palavra a expressão grega τύπος.

⁷⁵Soulez (1991, p.84) diz que a passagem da *imagem* ao *týpos* é a etapa crucial da crítica da *mimesis* no Crátilo. Nós seguimos essa leitura, na medida em que ela aponta o argumento de Sócrates contra a ideia de que o nome deve ser uma *imagem* perfeita para representar algo (a imitação não parece ter saído de jogo). Pelo contrário, para que seja possível uma representação, é necessário que o nome conserve os *traços fundamentais* de determinado ente. Cf. também ROBIN, 1967, p. 378.

⁷⁶Vale a pena acrescentar que, para alguns intérpretes (incluindo McDowell (1973, p.236–7) e Denyer (1991, p. 81), as discussões sobre a distinção entre nomes bons e maus (a partir de 431c3) estão relacionadas à consideração do problema da falsidade, que em nossa leitura termina em 431c2.

por exemplo, sabemos que, uma coisa é a articulação fonética recebida pelos sentidos da audição, e outra coisa é o “objeto” para o qual essa articulação aponta. Pode ocorrer de uma letra não ter sido instituída corretamente, mas Sócrates está dizendo que se houver algum tipo de inadequação, isso não impede que o objeto seja nomeado, uma vez que o *traço distintivo* esteja presente nele [no nome]⁷⁷.

Crátilo concorda - com alguma reserva (*Crat.* 433b) - com a visão de Sócrates de que um nome, enquanto imagem, pode ter uma certa distância em relação àquilo que ele representa ou nomeia. Sócrates estabelece como consenso que um nome é bem colocado quando suas letras são apropriadas (*Crat.* 433b), interpretamos “apropriadas” no sentido de “semelhantes às coisas nomeadas” (ὅμοια τοῖς πράγμασιν) e repetindo persistentemente seu ponto que está em *Crat.* 431d de que letras inadequadas também podem ocorrer na nomeação. Apesar de sua recente concordância, Crátilo não pode admitir que algo possa ser um nome, mas não estar bem colocado. Assim como em *Crat.* 428b, onde cada nome era considerado correto como um ὄνομα, Crátilo também considera que um nome é bem colocado como um ὄνομα⁷⁸, i. é., para Crátilo todo nome é *correto* (no sentido da *correção dos nomes*).

Ao tentar entender a relutância de Crátilo, Sócrates recapitula os pontos essenciais em que alcançaram um consenso: i. O nome é capaz de indicar a coisa (τὸ ὄνομα δῆλωμα τοῦ πράγματος, *Crat.* 433d). ii. Nomes são compostos de outros nomes primários (*Crat.* 433d.). iii. Os nomes primários cumprem melhor sua função quando são feitos o mais parecido possível com aquilo que devem tornar evidente (*Crat.* 433e).

Como alternativa à tese da semelhança (ὅμοια), Sócrates apresenta o ponto de vista de Hermógenes: os nomes são convenções, e eles tornam evidentes para aqueles que compartilham a convenção coisas que eles já conhecem anteriormente (*Crat.* 433e). Nesse caso, não faz diferença com qual nome você escolhe nomear algo, seja algo que agora é chamado de “pequeno” ou “grande”. Assim, a semelhança entre o nome e a coisa é substituída pela convenção de usar um nome arbitrariamente escolhido para uma coisa, desde que aqueles que compartilham a convenção também compartilhem o conhecimento da coisa nomeada. Para Crátilo, não há dúvida de que a semelhança entre o nome e a coisa é muito preferível a uma

⁷⁷F. Ademollo faz uma leitura interessante da presente passagem articulando com outras partes do diálogo (ADEMOLLO, 2011, p.371 sqq.)

⁷⁸Cf. ADEMOLLO, *Un'interpretazione del Cratilo di Platone*.

relação arbitrária, já que faz toda a diferença se algo é declarado com base na semelhança ou na arbitrariedade (*Crat.* 434a).

Ao contrário dos outros sons diferentes de ρ em σκληρότης / σκληρόν, que são praticamente neutros em relação à representação de dureza, o λ representa o oposto da dureza (*Crat.* 434d), ou seja, maciez. Isso estabelece uma oposição entre significado e representação, o que leva Crátilo a sugerir que ele siga a prática de Sócrates nas etimologias e simplesmente substitua o inadequado λ por ρ, reconhecendo indiretamente que também existem "nomes ruins" ou deficientes.

{CR. - Talvez não esteja corretamente estabelecido, Sócrates; assim como o que há pouco estavas dizendo a Hermógenes, excluindo e inserindo letras onde necessário, e parecia-me que falavas corretamente. E agora talvez em vez de "labda" deva-se dizer "rho".

{SÓC.} - Falas bem. Então, como dizemos agora, não nos entendemos mutuamente sempre que alguém diz "duro", nem mesmo tu sabes agora o que estou dizendo?

{CR.} - Eu sei, por causa do costume, caríssimo.

{KP.} Ἴσως γὰρ οὐκ ὀρθῶς ἔγκειται, ὦ Σώκρατες· ὥσπερ καὶ ἂ νυνδὴ σὺ πρὸς Ἑρμογένη ἔλεγες ἐξαιρῶ τε καὶ ἐντιθεῖς γράμματα οὐ δέοι, καὶ ὀρθῶς ἐδόκεις ἔμοιγε. καὶ νῦν ἴσως ἀντὶ τοῦ λάβδα ῥῶ δεῖ λέγειν.

{ΣΩ.} Εὔ λέγεις. τί οὖν; νῦν ὡς λέγομεν, οὐδὲν μανθάνομεν ἀλλήλων, ἐπειδὴν τις φῆ ἰσχυρόν, οὐδὲ οἶσθα σὺ νῦν ὅτι ἐγὼ λέγω;

{KP.} Ἐγώ γε, διὰ γε τὸ ἔθος, ὦ φίλτατε.

Sócrates conduz o argumento, mui habilmente, com os recursos que ambos aceitaram para uma *correção dos nomes*, conduzindo Crátilo a um passo sensível o suficiente para levar a posição naturalista a uma contradição. O que, naturalmente, leva Sócrates a questionar a natureza desse hábito (ἔθος, *Crat.* 434e), fazendo referência a uma possível indistinção entre hábito e acordo (συνθήκη, *Crat.* 434e) na nomeação. Sócrates explica imediatamente o que ele quer dizer com ἔθος: "[...] quando profiro este som, quero significar aquela coisa [dureza], e tu reconheces que é aquela coisa que pretendo significar? Não é isso que queres dizer?". Trata-se, por um lado, da relação entre a expressão sonora e a representação [psicológica] de Sócrates da dureza, e, por outro lado, trata-se da relação entre a percepção de Crátilo da expressão sonora e o reconhecimento do objeto significado - ainda que no nome tenhamos identificado um "defeito".

Esse passo do argumento de Sócrates não só nos coloca diante de uma grande questão filosófica sobre o tema da correção dos nomes - o da possibilidade

de, independente de nossas experiências psicológicas privadas, realizarmos a comunicação⁷⁹ -, mas, também aponta o fracasso da teoria naturalista da nomeação. Pois, como bem aponta Celso Vieira (2014, p.59)⁸⁰, esse exemplo de Sócrates demonstra que a hipótese de uma nomeação mimética ou descritiva é fraca, na medida em que um exemplo como este, dado por Sócrates, aponta que não é necessário que o nome seja uma *imagem* perfeita da coisa, é suficiente para a nomeação que ele conserve o *traço distintivo* da coisa nomeada.

A objeção coloca a teoria naturalista em uma situação complicada, uma vez que Crátilo não consegue explicar a paradoxal coexistência de letras que designam, em sua percepção, coisas diferentes num único nome, levando-o a recorrer a convenção linguística. Sócrates conclui (*Crat.* 435a-c) que há na correção alguma convenção que acompanhe a indicação do que temos em nosso intelecto.

6§ Agora que tanto sons semelhantes quanto dissimilares podem fazer algo se tornar aparente com base no hábito e no acordo, a semelhança como característica exclusiva para a revelação de significado (δηλωμα) perde sua importância. Em seu lugar, entra o hábito (*Crat.* 435b2). Para indicar algo, agora parece ser necessário apenas a associação regular de um nome a uma coisa, e não a presença de características comuns⁸¹.

Sócrates está, de fato, problematizando a relação entre acordo e hábito quando diz: εἰ ὅτι μάλιστα μή ἐστι τὸ ἔθος συνθήκη. Pode-se entender que o hábito pode explicar a regularidade do comportamento, mas é questionável se o comportamento resultante, baseado apenas no ἔθος, pode ser considerado racional. O acordo ajudaria a coordenar o comportamento regular do ouvinte e do falante além do hábito e, pelo menos, forneceria razões para agir de acordo com as expectativas mútuas resultantes do acordo. No entanto, isso, exigiria uma convenção intersubjetiva. Pois o objetivo de tornar evidente o que queremos dizer quando falamos (*Crat.* 435b) só pode ser alcançado se o ouvinte tiver motivos para associar o que é expresso pelo falante com o pensamento deste. E como Barney (2001, p. 33) elucida, essa convenção, antes de culminar na comunicação passa por

⁷⁹Mario Vitali, responsável pela edição Bompiani, apresenta a introdução e as notas do *Crátilo*, destacou muito bem a perspicácia de Sócrates ao fazer uma passagem da consideração da relação entre *nome* e *coisa* para a consideração entre falantes [nome e coisa]. Acompanhamos essa leitura e vemos nela um indício de uma teoria da significação, na medida em que Sócrates busca apontar a relação existente entre *nome-pensamento-coisa*. Ver também ZUPI, 2003, p.25-26

⁸⁰Este comentário do Celso Vieira está em sua tradução do *Crátilo*.

⁸¹Isso não nos deve fazer interpretar a posição de Sócrates como um retorno ao convencionalismo. Cf. R. BARNEY, 2001, p.136 sqq.

uma convenção *intersubjetiva*, na medida em que fizemos um pacto conosco para designar uma determinada coisa, mediante uma determinada palavra. Pois, como Sócrates nos diz “É inevitável que alguma convenção e costume desempenhem um papel para indicarmos, através da fala, aquilo que pensamos.” (ἀναγκαῖόν που καὶ συνθήκην τι καὶ ἔθος συμβάλλεσθαι πρὸς δῆλωσιν ὧν διανοούμενοι λέγομεν, *Crat.* 435b).

Parece que o exemplo de σκληρότης pode ser generalizado, e o naturalismo pode ser considerado encerrado⁸². No entanto, isso parece entrar em conflito com o fato de que Sócrates expressa claramente sua preferência de que, na medida do possível, os nomes sejam semelhantes às coisas (ἐμοὶ μὲν οὖν καὶ αὐτῷ ἀρέσκει μὲν κατὰ τὸ δυνατόν ὅμοια εἶναι τὰ ὀνόματα τοῖς πράγμασιν, *Crat.* 435c). Ademollo interpreta aqui "X ἀρέσκει τῷ Y" não no sentido de "Y prefere que X", mas sim no sentido de "Y acredita que X" e sustenta isso com o fato de que ἀρέσκειν também tem um sentido epistêmico ("acreditar") em outros lugares no *Crátilo* (391d, 400a, 427e, 433c–e). Em outras palavras, Sócrates expressa aqui, de acordo com Ademollo, a visão de que, na prática, na medida do possível (embora não esteja claro segundo que critério), há uma relação mimética entre nomes e coisas. Isso não é conclusivo, mas também não é implausível.

A visão positiva da semelhança é prejudicada pelo fato de que a atração, o "puxão" da semelhança (ἡ ὀκλή τῆς ὁμοιότητος 435c4 f.), como Sócrates afirma usando a expressão de Hermógenes (414c3), é bastante fraca, portanto, é necessário recorrer à "essa coisa comum e irritante, a convenção", para a correção dos nomes. A avaliação negativa da convenção como vulgar e irritante sugere que, devido à falta de uma relação intrínseca, ela parece ser arbitrária, aleatória e, de qualquer forma, injustificada. A sentença final dessa reflexão (*Crat.* 435c), que condiciona a beleza da linguagem (κατὰ γε τὸ δυνατόν κάλλιστ' ἂν λέγοιτο) à semelhança dos meios de representação linguística utilizados (ὅταν ἢ πᾶσιν ἢ ὡς πλείστοις ὁμοίοις λέγηται), justifica e enfatiza mais uma vez a estigmatização da convenção que substitui a semelhança na sentença anterior.

⁸²cf. ADEMOLLO *Ibid*, p. 411

III. Naturalismo ou Convencionalismo?

7§ O argumento sobre σκληρότης revelou que o acordo e o hábito contribuem de alguma forma para tornar evidente o que queremos dizer ao falar (*Crat.* 435b). O ponto crucial aqui foi o conflito entre as propriedades miméticas de ρ e λ na palavra σκληρότης. A resolução desse conflito em favor do significado "dureza" de σκληρότης exige um conhecimento que vai além das propriedades miméticas de toda a palavra. Exige o conhecimento de uma convenção.

No primeiro trecho do diálogo, Sócrates e Hermógenes haviam chegado à conclusão de que os nomes têm uma correção natural (φύσει τέ τινα ὀρθότητα ἔχον εἶναι τὸ ὄνομα) e que não é tarefa de qualquer pessoa ou uma questão de convenção atribuir um nome a um objeto de maneira adequada (καὶ οὐ παντὸς ἀνδρὸς ἐπίστασθαι καλῶς αὐτὸ [sc. τὸ ὄνομα] πράγματι ὄψοῦν θέσθαι, *Crat.* 391a). A base para essa conclusão era basicamente a suposição de que nomear é uma atividade na qual os nomes desempenham o papel de ferramentas para informar e distinguir.

Independentemente de o convencionalismo ter agora prevalecido ou não, é importante questionar como entender a mudança em direção ao convencionalismo que é evidente na posição de Sócrates. A diferença crucial entre o argumento de σκληρότης e a discussão anterior com Hermógenes é que, no caso de σκληρότης, trata-se das propriedades miméticas dos sons, enquanto na discussão anterior os fenômenos sonoros eram expressamente excluídos (cf. ἕως ἂν τὸ τοῦ ὀνόματος εἶδος ἀποδιδῶ τὸ προσήκον ἐν ὁποιασοῦν συλλαβαῖς, οὐδὲν χεῖρω νομοθέτην εἶναι [sc. ἀξιῶσεις] τὸν ἐνθάδε ἢ τὸν ὅπουοῦν ἄλλοθι, *Crat.* 390a).

Os elementos sonoros só entraram em jogo quando a análise etimológica finalmente chegou a nomes primários que não podiam ser analisados etimologicamente. Enquanto os nomes secundários eram analisados com base na estrutura semântica implícita, os nomes primários, que eram compostos de elementos sonoros miméticos, não possuíam uma estrutura semântica semelhante. Portanto, os conflitos miméticos nos nomes primários são resolvidos por meio de convenções.

Barney (2001, p.136) argumenta que a interpretação convencionalista do argumento sobre σκληρότης não tem outra opção senão negar a unidade do diálogo

e ler o Crátilo como um texto com argumentos desconexos, alguns bons e outros ruins, dos quais somos deixados para escolher os nossos favoritos. Não seguimos essa posição, uma vez que Allan e Méridier afirmam que a posição [final] que Sócrates adota é uma posição moderada. Ademais, R. Robinson (1955) nos diz que a conclusão a que ele chegou é que “Natureza e lei estão do mesmo lado no diálogo” e autores como Fano e Guzzo defendem um tipo ecletismo. Ora, a decisão de Sócrates a favor da posição da φύσει-ὀρθότης na primeira parte ocorreu antes que as pressuposições conceituais para distinguir a semântica composicional e a mimética sonora estivessem disponíveis. No entanto, são apenas as fraquezas inevitáveis da mimética sonora que tornam necessário recorrer à convenção. Isso fica claro pelo fato de que, antes das conclusões convencionalistas decorrentes do argumento sobre σκληρότης, várias vezes (431c, 432d–433a, 433c) foi destacada a natureza aproximativa da representação por meio de letras pelos nomes primários e a impossibilidade de uma mimética perfeita, sendo necessário um movimento da imagem ao traço distintivo.

Nossa leitura se opõe a radicalidade de Barney e a um ecletismo genérico. Acompanhamos Zupi, nesse sentido, pois nos parece que ao invés de uma mera correção das posições extremadas de Hermógenes e Crátilo, o movimento dialético, no qual ambas as teses são refutadas e, também, recuperadas de uma maneira nova por Sócrates, o que percebemos, antes da aporia, é um equilíbrio entre ambas as teses. A “cooperação” de ambas as teses abrem, não só o horizonte da significação, mas uma possibilidade de distinção entre *indicação* e *significado* - exemplos que podemos tomar das próprias construções de Sócrates (como em 429), ao usar um vocativo para chamar Hermógenes ou uma “expressão” [falsa, no caso] como *Filho de Smícron*. Ora, há claramente a indicação de uma abertura para a compreensão de que há um *significado* (Hermógenes) cujas *indicações* podem variar sem que o *significado* varie.

Essa acepção só é possível no interior da investigação que considera os pontos positivos de cada uma das posições de seus interlocutores.

IV. Considerações finais

Em continuidade, detemos nossa análise na argumentação do Sócrates platônico no sentido de avaliar, à luz dos desenvolvimentos anteriores da

investigação, os argumentos apresentados até o momento. Ao introduzir a intrincada questão sobre a possível existência de nomes que representam seus objetos de maneira mais acurada do que outros, Sócrates lança mão de uma analogia com a arte da pintura para defender que assim como existem pinturas mais precisamente representativas da realidade do que outras, haveria nomes que indicam os objetos nomeados de modo mais apropriado do que outros nomes. Tal argumento contrapõe-se diametralmente à perspectiva naturalista radicalmente mimetizante de Crátilo.

Avançando em nossa investigação, detemos nossa análise na apresentação por Sócrates do engenhoso conceito de "traço distintivo" (τύπος) para explicar que para algo ser nomeado, bastaria que em tal nome esteja presente o contorno geral do objeto nomeado, não sendo necessário haver uma imagem completa ou exata. Essa perspicaz noção amplia sobremaneira a compreensão da significação para muito além da mera semelhança, abarcando também representações linguísticas inadequadas, imperfeitas ou parciais.

Posteriormente, debruçamo-nos sobre a discussão do intrigante exemplo do termo "dureza" (σκληρότης) apresentado por Sócrates e de seu engenhoso argumento no sentido de que a presença de sons de certa forma contrários à ideia de dureza não impediriam tal termo de efetivamente significar "dureza" em virtude do hábito linguístico e da convenção, dados presentes na comunicação. Tal argumento abala decididamente a primazia da mera semelhança mimética na significação, como pretendia Crátilo, e introduz de maneira contundente elementos convencionais e constitutivos dos acordos humanos para a elucidação da natureza significativa das palavras e termos, para a preservação da *função* comunicativa dos atos de nomeação.

Por fim, buscamos analisar se essas conclusões derivadas da análise do caso de σκληρότης evidenciam de maneira definitiva uma guinada convencionalista na concepção platônica ou se ainda seria defensável vislumbrar a preservação de alguns elementos naturalistas em sua perspectiva final sobre a linguagem apresentada no diálogo, indicando uma possível composição entre o naturalismo e o convencionalismo. Embora certa primazia naturalista transpareça na atração exercida pela semelhança e na percepção da convenção como irritante e problemática, a forçada lógica do argumento dos dois Cratilos e o caráter

aparentemente incontornável da customariedade em σκληρότης obrigam certa abertura da razão socrática para elementos não-naturalistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente conclusão destila as reflexões resultantes de nossa investigação, delineando a trama que entrelaça os diversos fios argumentativos que compõem o tecido do diálogo *Crátilo*.

Delineamos um percurso meticulosamente traçado, que se desdobrou com uma clareza metódica. Inicialmente, nos dedicamos explicitar o *problema* que permeia toda a reflexão do *Crátilo*. Posteriormente, buscamos expor a hipótese do nome enquanto imitação e como essa *suposição* pretende responder ao problema do diálogo. Por fim, buscamos examinar as insuficiências desta hipótese que emergiram e que conduziram Sócrates a uma crítica a nomeação por imitação.

À luz da formulação do problema, notamos a necessidade de nos atentarmos ao processo investigativo de maneira mais profunda sobre as várias partes que compõem o ato de nomeação, uma demanda que emergiu de maneira clara na primeira seção de nossa análise. Nesse ínterim, sob a luz da dialética socrática, contrapomos as perspectivas de Hermógenes, nosso interlocutor inicial, e nos aprofundamos na essência do ato de nomear, uma exploração que Hermógenes, em sua tese, relegara ao segundo plano.

Sob a condução de Sócrates, a hipótese inicial, com seus contornos convencionalistas, desvela-se como insuficiente, uma vez que negligencia aspectos essenciais concernentes ao complexo ato de nomeação. Assim, emerge a exigência primária de uma *adequatio* entre nome e objeto, ressaltando uma irreduzível realidade que subsiste aquém dos atos subjetivos de nomeação.

À medida que o argumento se desenrola, a natureza do nome se revela como um *instrumentum* meticulosamente forjado por meio de uma *ars*, objetivando informar e discernir as coisas segundo seu modo próprio de ser. Nesse âmbito, o filósofo dialético é convocado a aquilatar a correção dos nomes forjados pelo nomoteta, em conformidade à razão essencial dos nomes. A abrangente seção etimológica, por sua vez, alça-se na busca incessante pela alegada correção natural dos nomes, uma busca que se espraia na investigação das raízes primordiais entre palavras e coisas.

Em síntese, a primeira parte de nossa investigação buscou apresentar os termos fundamentais da questão, sinalizando a necessidade imperativa de

perscrutar o ato nominativo em suas múltiplas instâncias. Essa busca incessante, ao superar compreensões unilaterais relativas ao vínculo entre nome e coisa, converge para a exigência inarredável de uma *nominatio adaequata et naturalis*, que se erige como o próximo passo a ser diligentemente explorado em nossa senda filosófica.

À medida que a investigação alcança novos patamares, adentramos numa análise mais cuidadosa da hipótese de nosso interesse, a da natureza da correção natural dos nomes, fundamentada na ideia que floresce após a refutação da tese de Hermógenes. O aporte teórico desenvolvido no argumento, nos mostrará que os nomes transcendem a mera materialidade fonética, transformando-se em veículos que transportam consigo significados. O termo grego σημαίνω, neste contexto, assume uma centralidade emblemática, delineando o nome como um instrumento composto que harmoniza tanto o som quanto o significado.

O termo grego σημαίνω, nos mostrará algo de interessante no interior da investigação. O exemplo nos mostra que, mesmo quando dois monarcas se distinguem individualmente, a essência do "ser-rei" permanece inalterada. Este ponto é exemplificado através das palavras "ἄναξ" e "ἔκτωρ", ambas convergindo para uma noção idêntica de realeza. Em nossa leitura, este tópico, aponta para a potência que o nome tem de significar (σημαίνω), dizendo-nos que tal potência transcende peculiaridades individuais, imiscuindo-se na própria essência.

Então, Sócrates propõe que o verdadeiro poder do nome repousa em sua habilidade para apontar a essência daquilo que representa, uma habilidade que não se confina à esfera da expressão sensível. Ele recorre à analogia dos médicos, destacando que estes não se concentram nas características visíveis dos remédios, mas sim em seu potencial curativo. Este paralelo sublinha que a potência de um nome não se encerra totalmente em seu aspecto físico-fonético, mas num aspecto para além deste.

A hipótese da nomeação por imitação aponta, ainda, a relação entre o nome e o objeto nomeado, delineando a proposta de que o nome constitui uma "imitação vocal" do objeto. Este momento do argumento postula que os elementos fonéticos de um nome (letras e sílabas) detêm características que ecoam aquelas da coisa que eles representam. Esta similitude possibilita que os nomes imitem as coisas de maneira precisa, tornando-as discerníveis para a mente. Sob essa égide, surge a questão fundamental: como o aspecto sensível do nome pode, de forma adequada, representar aquilo que se propõe a nomear?

Esta questão, em sua complexidade, conduz-nos ao último passo de nossa investigação. O da crise da imitação. A μίμησις fora apresentada como um ato baseado na relação entre modelo e cópia, evidenciando a representação da verdadeira natureza do imitado. Porém, será objeto de crítica e refutação, na medida em que um nome não pode imitar perfeitamente a coisa, de modo a admitirmos a existência de nomes bem instituídos e nomes mal instituídos. Então, Sócrates introduz o conceito de "traço distintivo", que amplia a compreensão da significação para além da mera semelhança, abrangendo representações linguísticas inadequadas, imperfeitas ou parciais.

No movimento de *crise* a discussão do exemplo de "dureza" desempenha um papel central, pois ela destaca a presença de sons contrários, evidenciando elementos convencionais e constitutivos dos acordos humanos na significação das palavras. A análise do caso levanta a questão de uma possível composição entre o naturalismo e o convencionalismo na perspectiva final de Sócrates sobre a linguagem.

Em última análise, buscamos analisar se as conclusões derivadas da investigação sobre o caso de σκληρότης evidenciam de maneira definitiva uma guinada convencionalista na concepção platônica ou se ainda seria defensável vislumbrar a preservação de alguns elementos naturalistas em sua perspectiva final sobre a linguagem apresentada no diálogo, indicando uma possível composição entre o naturalismo e o convencionalismo. Embora certa primazia naturalista transpareça na noção de semelhança, a força do argumento dos dois Cratilos e o caráter aparentemente incontornável dos costumes em σκληρότης obrigam certa abertura do ato de nomeação para elementos que correspondem, ao que no curso da investigação, fora chamado, por nós, de convencionalismo.

BIBLIOGRAFIA

Edição crítica:

Platonis Opera – T.I tetralogias I-II continens [insut Euthyphro, Apologia, Crito, Phaedo, Cratylus, Thaetetus, Sophista, Politicus], recognoverunt brevique adnotatione critica instruxerunt W.A. Duke, W.F. Hicken, W.S.M. Nicoll, D.B. Robinson et J.C.G. Strachan. Oxford: Oxford Claredon Press, 1995

Dicionários:

AST, F. *Lexicon Platonicum*. vol. 1-3. New York, Cambridge University Press, 2012.

DES PLACES, É. *Lexique de la langue philosophique et religieuse de Platon*. 1-2^a parties. Paris, Les Belles Lettres, 1970.

Obras gerais:

ADEMOLLO, F. *The Cratylus of Plato. A Commentary*. Cambridge, 2011.

_____. *Un'interpretazione del Cratilo di Platone*.

ALLAN D. J. *The problem of Cratylus*. in: *American Journal of Philology* 75: 271–87, 1954.

ARISTÓTELES. *Da Interpretação*. Editora Unesp: São Paulo, 2013.

_____. *Metafísica*. Edições Loyola: São Paulo, 2002.

BARNEY, R. *Names and Nature in Plato's Cratylus*. New York and London, 2001.

_____. *'Plato on Conventionalism'*, *Phronesis* 42: 143–62, 1997.

BAXTER, T. M. S. *The Cratylus. Plato's Critique of Naming*. Leiden. New York and Cologne, 1992.

BILLIA, L. M. *Vétilles d'un lecteur de Platon*.

BOYENCÉ, P. *La Doctrine d'Euthyphron' dans le Cratyle*. in: *Revue des Études Grecques* 54, 141–175, 1941.

BUCCELLATO, M. «*Il Cratilo e l'interesse dottrinale della questione onomatologica*» in *Rivista Critica di Storia della Filosofia*, 1953, 14-17.

COPI, I. *Introdução a lógica*. Mestre Jou.

CROMBIE, I. M. *Análisis de las doctrinas de Platón*. Madrid: Alianza Universidad, 1979.

- DERBOLAV, J. *Platons Sprachphilosophie im Kratylos und in den späteren Schriften*. Darmstadt, 1972.
- FANO, D. *Il problema dell'origine e della natura del linguaggio nel Cratilo platonico* in Id., *Origini e natura del linguaggio*, Torino 1973, p. 407.
- GAMBARA, D. *Alle fonti della filosofia del linguaggio. 'lingua' e 'nomi' nella cultura greca antica*.
- GOLDSCHMIDT, V. *Os diálogos de Platão: estrutura e método dialético*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- GRUBE, G. M. A. *El pensamiento de Platón*. Madrid: Editorial Gredos, 1973.
- GUTHRIE, W. K. C. *Historia de la filosofía griega*. vol. V e VI. Madrid, Gredos, 1992.
- HESÍODO. *Teogonia: a origem dos deuses*. São Paulo: Iluminuras, 2015.
- KAHN, C. H. *Platão e o diálogo pós-socrático*. Edições Loyola: São Paulo, 2018.
- MOREAU, J. *La construction de l'idéalisme platonicien*. Paris, 1939.
- NATORP, P. *Teoria das ideias de Platão: uma introdução ao idealismo*. vol. I. São Paulo: Paulus, 2012.
- PLATON. *Cratyle*. Tome V – 2^a Partie. Les Belles Lettres: Paris, 1931.
- PFEFFERKORN, J.; SPINELLI, A. [eds.]. *The Essential Imitation of Names: On Cratylean Mimesis*. in. *Platonic Mimesis Revisited*. Academia Verlag, Baden-Baden, 2021.
- ROBIN, L. *La pensée hellénique, des origines à Épicure*. Paris: PUF.
- ROSS, D. *Teoría de las ideas de Platón*. Madrid, Ediciones Cátedra, 1993.
- _____. «The Date of Plato's Cratylus» in *Revue Internationale de Philosophie* 9 (1955/2) 188-190.
- RITTER, C. *Platon, Vol. 2: Sein Leben, Seine Schriften, Seine Lehre*. Beck, 1923
- SOULEZ, A. *La grammaire philosophique chez Platon*. Paris: PUF, 1991.
- TAYLOR, A. E. *Plato. The Man and His Works*. 7th edn. London. 1960.
- UNTERSTEINER, M. *A obra dos Sofistas - uma interpretação filosófica*. São Paulo: Paulus, 2012.

WILAMOWITZ-MOELLENDORFF. *Platon*. Berlim, 1920.

LAÉRCIO, D. *Vidas e Doutrinas dos Filósofos Ilustres*. Brasília, UnB, 2008.